



MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

# **27ª REUNIÃO DO PLENÁRIO DO CNPC**

Brasília, 17 de novembro de 2016

## 27<sup>a</sup> REUNIÃO DO PLENÁRIO DO CNPC

Reunião realizada pela Coordenação de Articulação e Mobilização da Secretaria de Articulação (SADI) do Ministério da Cultura, nos dias 17 e 18 de novembro de 2016 (quinta-feira e sexta-feira), das 10h00 às 18h00, no edifício Parque da Cidade (sala 1 - 12º andar).

### PRESENTES:

1. Alessandra Costa Gomes (Alessandra Pajama) – Colegiado Setorial de Patrimônio Material - *suplente*
2. Alexandre Ono – Secretaria de Infraestrutura Cultural – Seinfra
3. Alice Monteiro Lima – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - *titular*
4. Ana Beatriz Mattar – Colegiado Setorial de Dança - *titular*
5. Ana Clarice – Confederação Nacional de Municípios - *suplente*
6. Andrey Schlee – Presidente substituto do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN (Representante da Kátia Bogéa - Presidente do IPHAN)
7. Andreia Lopes – Assessora de Comunicação do Ministério da Cultura
8. André Luiz de Campello Duarte Cardoso – Academia Brasileira de Música - *titular*
9. Antônio Alfredo Bertine de Torres Bandeira – Secretário do Audiovisual – SAV - *titular*
10. Antônio Francisco Sales Padilha – Colegiado Setorial de Música Erudita - *titular*
11. Ariel Nunes – Universidade de Brasília – UNB
12. Bruno Santos – Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura - *titular*
13. Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo – Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura - *titular*
14. Cláudia de Oliveira Cabral Santos – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional – SADI/MinC
15. Cláudia Maria Queiroz de Jesus – Colegiado Setorial de Música Popular - *titular*
16. Cláudio Lins de Vasconcelos – Secretário de Economia da Cultura – SEC - *titular*
17. Cláudia Maria Von Sperling – Ministério da Educação - *suplente*
18. Davy Alexandriski – Colegiado Setorial de Artes Visuais - *titular*
19. Doralice dos Santos Romeiro – Colegiado Setorial de Arquivos - *titular*
20. Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca) – Colegiado Setorial das Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras - *titular*
21. Eduardo Saron Nunes – Associação Nacional de Entidades Culturais – ANEC – *titular*

22. Érika Freddi – Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização – SADI/MinC
23. Erivaldo Oliveira – Presidente da Fundação Cultural Palmares - *titular*
24. Felipe Marrom - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MinC
25. Fernanda Batista de Fraga Nascimento – Associação Brasileira de Municípios - *titular*
26. Flávia Castro – Coordenadora do Conselho Nacional de Política Cultural – SADI/MinC
27. Frederico Augusto Barbosa da Silva – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA - *titular*
28. Gabriella Crivellente – Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Cultura – SADI/MinC - *palestrante*
29. Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior – Coordenador do Colegiado Setorial de Design/SEC
30. Giowana Cambrone Araújo – Expressões Culturais LGBT - *titular*
31. Gracielly Bittencourt Machado – Campo da TV Pública - *suplente*
32. Helena Severo – Fundação Biblioteca Nacional – FBN - *suplente*
33. Humberto Braga – Presidente da Fundação de Artes – Funarte - *titular*
34. João Batista – Secretário substituto da Secretaria do Audiovisual
35. José Augusto Tulio Filho – Colegiado Setorial de Design - *titular*
36. José Henrique Medeiros Pires – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - *titular*
37. João Leiva – *palestrante*
38. José Paulo Soares Martins – Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura – Sefic – *suplente*
39. Juliana Nepomuceno – Coordenadora das Conferências Nacionais de Cultura e da Comissão Intergestores Tripartite – SADI/MinC
40. June Muller – Ministério do Meio Ambiente – *suplente*
41. Kátia Adriana Cardoso de Oliveira – Casa Civil da Presidência da República - *titular*
42. Kátia Castilho Cunho – Colegiado Setorial de Moda – *titular*
43. Layanne Lisa Neves de Campos – Coordenadora de Articulação e Mobilização Intersetorial e Federativa – SADI/MinC
44. Leonardo de Vargas Marques – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - *titular*
45. Letícia Miguel Teixeira – Ministério das Cidades - *titular*
46. Lourenço Ribeiro Filho (Negro Guinê) – Colegiado Setorial de Arte Digital - *suplente*
47. Lia Calabre – Casa de Rui Barbosa
48. Luana Macena de Melo – Colegiado Setorial de Circo – *titular*
49. Magali Guedes – Chefe de Gabinete da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional – SADI/MinC
50. Marcelo Matos Araujo – Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM - *titular*
51. Marcos Guimarães Sanches – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB - *suplente*

52. Marcos Menezes – Coordenador de Sistemas de Informação do Ministério da Cultura
53. Marcos Teixeira – Coordenador do Colegiado Setorial de Circo – Funarte -
54. Maria Aparecida Fontes – Campo da TV Pública – *titular*
55. Maria Lucia Pardi – Secretária de Economia da Cultura – SEC
56. Mariana Ribas – Secretária – Executiva do Ministério da Cultura
57. Mario Augusto Ribas do Nascimento – Confederação Nacional de Municípios - *titular*
58. Marcia Costa Rodrigues – Fórum Nacional do Sistema S - *titular*
59. Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna – Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa - *titular*
60. Miriam Araujo – Coordenadora de Articulação das Políticas Culturais, Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Cultura – SADI/MinC
61. Najara Sena de Carvalho – Ministério das Relações Exteriores - *representante*
62. Neidmar Roger Charão Alves – Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta) - *titular*
63. Nitai Bezerra – Coordenador – Geral de Infraestrutura Tecnológica do Ministério da Cultura
64. Oséas de Moraes Borba Neto – Colegiado Setorial de Teatro - *titular*
65. Osiris Pellanda – Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura
66. Orvalina Ornelas do Nascimento Santos – Secretária de Infraestrutura Cultural – SEINFRA/MinC - *titular*
67. Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) – Colegiado de Patrimônio Imaterial - *titular*
68. Rafael Pavan dos Passos – Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo - *titular*
69. Renata Bittencourt – Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC/MinC - *titular*
70. Renato Rangel – Assessor Especial do Ministro da Cultura
71. Ricardo Froes – Assessor do Ministro da Cultura
72. Rita de Cássia de Mattos – Colegiado Setorial de Museus - *titular*
73. Robson Camilo – Diretor do Departamento da Diversidade Cultural – SCDC/MinC -
74. Rose Valente – Coordenadora de Planejamento, Orçamento e Administração – SADI/MinC
75. Suzana Dias Rabelo de Oliveira – Secretária de Governo da Presidência da República - *titular*
76. Taina Goudinho (Taina Marajoara) – Cultura Alimentar - *titular*
77. Tânia Pacheco – Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura
78. Valdir Rodrigues Miranda (Mestre Ninja) – Capoeira - *titular*
79. Vanessa Araújo Neves – Secretária de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM - *suplente*
80. Vânia Maria de Oliveira Santos – Colegiado Setorial de Artesanato - *titular*

## PAUTA:

1. Apresentação do Ministro Marcelo Calero
  2. Ata da 25ª, 26ª Reunião Ordinária do CNPC e 8ª Reunião extraordinária do CNPC
  3. Conferência Nacional de Cultura
  4. GT de revisão dos normativos e código de ética
  5. Apresentação sobre o Processo de Revisão do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010)
  6. Plataforma Colaborativa
  7. Publicação das moções, recomendações e planos setoriais
  8. Temário da IV Conferência Nacional de Cultura
  9. Moções e Recomendações da 27ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC
- Encaminhamentos

## ITEM 1 DA PAUTA

### A) RESUMO

- ❖ Apresentação do Ministro Marcelo Calero

### B) APRESENTAÇÃO

O ministro da Cultura, Marcelo Calero, iniciou sua apresentação enfatizando a importância do diálogo em sua gestão no Ministério da Cultura. Lembrou o ataque que a cultura brasileira tem sofrido nos últimos tempos. Falou sobre a CPI que está acontecendo e disse que se manifestou, desde o início, de forma contrária. Destacou que a *Lei Rouanet* é o principal mecanismo de financiamento da cultura, mas que precisa de aprimoramentos. Disse, ainda, que CPI pode ser traumática para o Ministério.

O Ministro enfatizou que cabe a todos recuperar o espaço simbólico da cultura no coração da sociedade brasileira. Lembrou da importância dos servidores de carreira da casa, ressaltando que os governos passam e os servidores ficam. Disse que, como fazedores de cultura, todos temos o compromisso de zelar para que o setor seja visto cada vez mais como uma função de Estado e uma função de Governo. Ele explicou que a cultura não deve ser entendida apenas como fruição, mas também como produção.

Ele destacou suas grandes preocupações: que a cultura seja entendida como eixo estratégico de desenvolvimento socioeconômico do país; que o setor cultural seja tão respeitado como outros setores que têm espaço político, orçamentário, justamente por serem entendidos como um eixo estratégico. Destacou sua preocupação com a sustentabilidade dos fazeres culturais. Lembrou que nos últimos anos, o setor marcou posição no sentido de reafirmar a diversidade

cultural brasileira e disse que essa é uma discussão que jamais será superada; uma tarefa que jamais será concluída.

Disse que agora é preciso avançar na busca de sustentabilidade dos fazeres culturais. “Esse é o maior legado que podemos deixar. Na secretaria de cultura, eu tinha um orçamento discricionário de R\$ 130 milhões. No Ministério da Cultura são R\$ 430 milhões. Isso é uma distorção. Apenas três vezes maior que o orçamento de uma única secretaria de cultura. Isso é uma briga iminente política. Por isso que é importante reconquistar nosso espaço simbólico no coração da sociedade brasileira. Ninguém questiona porque nossos carros são caros, ou não são de graça, mas questiona porque os projetos da *Lei Rouanet* não são de graça. Os carros recebem subsídios do governo, mas nem por isso são de graça. Da mesma forma, os alimentos que recebem subsídios e nem por isso são de graça. Notem que há um preconceito contra o nosso seguimento.”

O ministro destacou que houve um aumento importante de recursos na pasta desde o início de sua gestão. Lembrou que encaminhou para o Congresso um projeto de lei que representa um aumento substancial, que embora não seja suficiente, já representa um avanço. Destacou que é preciso mostrar a importância dos nossos fazimentos no desenvolvimento socioeconômico da cultura brasileira. Disse, ainda, que foi nesse sentido que o secretário Bruno Santos apresentou essa pauta e que uma das metas do Plano Nacional de Cultura é a realização da IV Conferência Nacional de Cultura.

Esclareceu que o objetivo da reunião não é debater os temas em si, já que isso cabe às Conferências Municipais, estaduais e à Conferência Nacional, que será realizada em 2017. Lembrou também que o grande objetivo do encontro é definir os eixos temáticos da Conferência para levar em Consulta Pública.

O ministro solicitou aos coordenadores que, assim que as reuniões dos colegiados forem concluídas, encaminhem ao CNPC as pautas para a próxima reunião ordinária, cuja previsão é dezembro. Reforçou, ainda, a disposição da sua gestão para o diálogo. Lembrou que vem de uma secretaria em que o diálogo era missão permanente. “Uma das primeiras demandas quando assumi a Secretaria de Cultura era reformar os teatros da Rede Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Desenvolvemos um programa para isso, chamado de “Recultura”, fruto de um diálogo franco e aberto com a sociedade civil.”

Esclareceu que, no Ministério da Cultura, há dois movimentos sendo realizados: o primeiro é o da valorização dos servidores de carreira. Para isso, foram colocados à disposição 50 cargos do ministério para preenchimento dos servidores. Destacou que outro ponto prioritário foi a realização de uma reformulação nas secretarias, sendo possível manter seis secretarias no Ministério da Cultura. A SEC que antes era Secretaria de Economia Criativa foi recriada com uma nomenclatura mais abrangente, Secretaria de Economia da Cultura, pensando na questão da sustentabilidade e como diversos agentes da cadeia produtiva da cultura poderiam interagir-se e beneficiar-se mutuamente. O ministro destacou que criou, também, a Secretaria de Infraestrutura Cultural, com base em sua

experiência na Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. Disse que há um entendimento que um espaço cultural que esteja em condições dignas é essencial para que a própria produção cultural possa florescer. “Dignidade é ter um espaço cultural com condições mínimas de uso. Reformar um teatro é tão importante quanto reformar um hospital.”

O ministro esclareceu que está desenvolvendo dois grandes programas: um é o “Recultura Nacional”, que se refere a reformas de teatros, lonas circenses, centros culturais, museus; outro programa é o “Bibliotecas do Amanhã”, um programa que desenvolveu no Rio, em escala pequena. A proposta é promover reformas na estrutura física das bibliotecas, fornecer novos equipamentos e desenvolver um novo projeto educativo para aproximar a população do cotidiano de atividades culturais. Destacou que outro projeto é pensar nos programas de cidadania e diversidade cultural de maneira mais leve e menos burocrática. “Há uma preocupação em preservar os pontos de cultura. Tivemos no Rio de Janeiro o edital de Ações Locais, que foi muito exitoso e estamos pensando vários modelos para trazer à realidade nacional.”

## **ITEM 2 DA PAUTA**

### **A) RESUMO**

- ❖ **Ata da 25ª, 26ª Reunião Ordinária do CNPC e 8ª Reunião extraordinária do CNPC**

### **B) SUGESTÕES**

- ❖ **Deliberação da Ata da 25ª Reunião Ordinária do CNPC**

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) – Colegiado de Patrimônio Imaterial** – sugeriu correções no texto da ata, com relação à digitação de algumas palavras.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que esse momento da reunião trata-se apenas da aprovação da ata, no que diz respeito a uma correção formal, com relação ao conteúdo das informações publicadas; demandas que dizem respeito à digitação do texto deverão ser encaminhadas ao e-mail do CNPC.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – informou que possui erro na ata. Disse que mesmo que a ata já tenha sido um documento anterior, não se sente na segurança de referendar a ata, já que em alguns momentos o que foi dito pela conselheira, foi escrito de forma completamente diferente na ata. Sugeriu que a ata fosse enviada para os antigos conselheiros realizar a revisão.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – avisou que as atas devem ser aprovadas na reunião subsequente, conforme previsão do regimento interno.

**José Henrique Medeiros Pires / Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário** – sugeriu que as atas entrassem em votação e quem estivesse em desacordo que se abstivesse, registrando a abstenção.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – disse que a aprovação das atas só podem ser feitas pelos conselheiros que estavam presentes e pede que se identifiquem no Plenário.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – pediu aos conselheiros que se opõem a ata que se manifestassem.

**Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca) – Colegiado Setorial das Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras** – disse que mesmo não estando presente na reunião fez a leitura da ata antes desse encontro do plenário; agora é aprovar ou não.

**Osiris Pellanda / Consultoria Jurídica – MinC** – sugeriu que aqueles que não estavam empossados se abstivessem de votar.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – disse que não estava presente e discordava de uma fala do Conselheiro Padilha, colocada como concordância de outro conselheiro e, disse que, na verdade, a fala dele ficou deslocada. Disse que não é ele quem está dizendo e, sim, outro conselheiro que está concordando. Avisou que isso deve ser consertado antes de aprovar a ata. Disse, ainda, que era importante que a fala do Padilha fosse colocada no nome dele.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – disse que sua preocupação é que ata foi enviada com antecedência e não foi colocada essa ponderação acerca de alterações. Solicitou que os pedidos de alteração, da forma, fossem enviados por e-mail.

- ✓ DELIBERAÇÃO DA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CNPC
  - ata aprovada com ressalvas; alterações de forma devem ser enviadas ao e-mail do CNPC
  - 12 abstenções

#### ❖ Deliberação da Ata da 26ª Reunião Ordinária do CNPC

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo / Colegiado de Patrimônio Imaterial)** – solicitou que toda vez que citarem seu nome próprio, citem seu nome artístico da Capoeira - Mestre Paulão Kikongo.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – disse que não recebeu as atas e a fala que tem sobre ele está errada. Ressaltou que tem uma fala que não reconhece como sua na ata.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – pediu ao Oséas que encaminhe a correção.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – disse que não tem como revisar o que foi dito há um ano, porque não tem o áudio das reuniões; afirmou que não tem como corrigir o áudio que ela não tem; e, ainda, que o erro está na transcrição entre o áudio e o que foi escrito.

**José Henrique Medeiros Pires / Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário** – sugeriu que fosse suprimida a fala daquele que discorda, se não for algo que descaracteriza a ata.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – disse que gostaria de corrigir a ata.

**Lia Calabre / Casa de Rui Barbosa** – sugeriu que aqueles que não se reconhecem na fala façam a demanda à secretaria. Pediu que cada conselheiro observe sua fala e encaminhe à secretaria.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** - disse que o documento público merece todo o cuidado possível; aqueles que quiserem manifestar alteração da fala, com base nas gravações, devem encaminhar ao CNPC.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – disse que o plenário recebeu a ata há 3 dias e não foi possível para muitos conselheiros ler as atas com o cuidado necessário; sugeriu deixar a aprovação para a próxima reunião, em dezembro.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** - sugeriu que os áudios sejam publicizados na plataforma.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – disse que sua fala está errada nas duas atas; gostaria de rever o áudio das atas.

- ✓ DELIBERAÇÃO DA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CNPC e da 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
  - Ata da 26ª Reunião do plenário e da 8ª reunião extraordinária para deliberação do plenário na próxima reunião.
  - A Mesa receberá até o dia **7 de dezembro de 2017** com propostas de alteração e revisão das atas da 26ª reunião ordinária do plenário e da reunião extraordinária do plenário de 2016, para aprovação na 28ª Reunião do Plenário.

### ITEM 3 DA PAUTA

#### A) RESUMO

- ❖ Conferência Nacional de Cultura

#### B) SUGESTÕES

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** - pediu que as propostas das Conferências anteriores sejam implementadas.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – disse que se deve avançar na implementação de algumas demandas da conferência; destacou ainda que já foram feitos alguns avanços desde a primeira conferência e sugeriu ao Ministério da Cultura que faça um levantamento do que já se avançou nas conferências anteriores.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – disse que participou ativamente dos processos de conferência e que muitas coisas ainda estão no papel; questionou de que forma serão implementadas as moções e pontos aprovados na conferência passada; lembrou que entre os tópicos consta o custo Amazônia.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – lembrou que os conselheiros são parceiros do MinC e que as ações não podem vir de cima para baixo; disse que é, também, importante que se acate as falas dos conselheiros. Sugeriu, ainda, que o ministro esteja presente no diálogo já que ele é presidente do CNPC.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – destacou que essa é uma reunião de reconhecimento da nova gestão. Disse que estão atravessando de um gestão para outra e que há demandas iniciadas e é preciso saber em que situação essas demandas estão. Lembrou que foi colocado na sugestão de pauta, esclarecimentos e devolutiva do MinC em relação a diversas questões. Elogiou o ministro sobre a proposta de reforma de equipamentos culturais, como teatros e explicou que, como conselheiros, eles têm o papel de opinar, já que são o elo de ligação entre a sociedade civil e o governo. Falou que deveriam ter sido consultados para avaliar se teriam contribuições positivas que acrescentassem às novas medidas que estão sendo implementadas.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que são representantes da sociedade civil eleitos dentro de uma instância de controle social; enfatizou que o diálogo vai precisar acontecer; disse que está havendo uma inversão metodológica e que precisa ser definido o que a sociedade quer para a próxima conferência; lembrou que havia um Plano Nacional de Cultura que foi discutido e estabelecido metas e que esse debate é importante para a Conferência.

**Doralice dos Santos Romeiro – Colegiado Setorial de Arquivos** – disse que foram elaborados cinco planos setoriais e há metas a serem cumpridas a partir de 2017 e gostaria de saber como o ministério vai trabalhar essas metas dentro dos planos setoriais; questionou o que será resolvido em relação aos setoriais que não conseguiram concluir os seus planos.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – disse que veio para contribuir e não só para criticar; disse que há uma dicotomia entre governo e sociedade civil; no entanto, ressaltou que todos são sociedade civil. Disse que é importante que aqueles que estão no governo trate a sociedade civil da forma como gostariam de ser tratados quando não estiverem mais no governo.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – questionou sobre o histórico e arquivos relativos ao CNCP.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – informou que, no MinC, há uma série arquivos e armários com documentos do CNPC e Conferências Nacionais. Destacou que a Lia Calabre, da Fundação Casa de

Rui Barbosa, também está auxiliando na sistematização dos documentos relacionados à Conferência.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – disse que o colegiado de música foi extremamente prejudicado com o apagamento de arquivos. Dos 7 eixos que havia, apenas o direito autoral ficou. Falou que os outros sumiram do Plano Nacional de Cultura, o que foi extremamente prejudicial para a música brasileira. Ressaltou que estão lutando para trazer de volta esses eixos ao Plano Nacional de Cultura.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – questionou a respeito da documentação do Plano Setorial do Patrimônio Imaterial.

**Doralice dos Santos Romeiro – Colegiado Setorial de Arquivos** – informou que os bilhetes de passagens e planos setoriais foram entregues várias vezes; sugeriu que seja aprimorada a questão tecnológica e de gestão de documentos no MinC; sugeriu, também, que sejam contratados profissionais e criado um setor de arquivo que funcione.

**Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca) – Colegiado Setorial das Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras** – ressaltou que o plano setorial de cultura afro foi entregue há três gestões e nada foi implementado. E pediu atenção do MinC à cultura negra.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – informou que uma vez que os eixos temáticos forem aprovados, será feita uma compilação daquilo que se avançou ou não em relação às conferências anteriores; disse que muito daquilo que temos hoje, são avanços das conferências anteriores.

## **ITEM 4 DA PAUTA**

### **A) RESUMO**

#### **❖ GT de revisão dos normativos e código de ética**

Composição:

#### **SOCIEDADE CIVIL**

- I. Conselheiro Davy Alexandriskiy - Colegiado Setorial de Artes Visuais
- II. Conselheira Márcia Costa Rodrigues - Fórum Nacional do Sistema S
- III. Conselheiro Antônio Francisco Sales Padilha - Colegiado de Música Erudita

#### **PODER PÚBLICO**

- IV. Vago

V. Vago

❖ **Comissão temática para a IV CNC**

**B) SUGESTÕES**

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – lembrou que na 26ª Reunião Ordinária do Plenário foi aprovada a constituição de dois grupos de trabalho, sendo o primeiro responsável pela revisão de normativos e código de ética e o segundo relacionado à sistematização do funcionamento do CNPC, bem como agenda e calendário para este ano, de 2016. Disse que, em relação ao GT de normativos e código de ética, o grupo se reuniu apenas uma vez e identificou-se que seriam necessários alguns ajustes. Ressaltou que a proposta que se pretende pactuar é de permanência desse primeiro grupo de trabalho, com uma recomposição. Na proposta seriam mantidos o Conselheiro Davy Alexandrisky, a Conselheira Márcia Costa Rodrigues e o Conselheiro Antônio Padilha, restando duas vagas: uma que era ocupada pela então presidente da Casa de Rui, Lia Calabre e outra pelo ex-diretor do SNC, Eduardo Mattedi. Disse que a nova proposta é que a atual presidente da Casa de Rui, Marta de Sena, passe a ocupar esse grupo de trabalho e a diretora Claudia Santos passe a ser a representante, em substituição ao antigo diretor.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – ressaltou que não há necessidade de aprovar os nomes que já foram aprovados em outra reunião e somente aqueles que serão substituídos.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – lembrou que o grupo não foi extinto e, sim, que houve uma paralisação das atividades.

**Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna / Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa** – propôs que a Sra. Lia Calabre permanecesse no GT, já que ela é especialista em Políticas Culturais e disse que a Casa de Rui e o CNPC estariam muito melhor representados com a Lia.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – lembrou que o segundo GT [relacionado ao funcionamento do CNPC e agenda de 2016] perdeu o objeto e poderia ser extinto. Propôs que fosse retomada as atividades apenas do primeiro GT [de normativos e código de ética] e fosse instaurada uma Comissão Temática para a Conferência Nacional de Cultura [IV CNC], em substituição ao segundo GT. Para o primeiro GT, o secretário propôs a utilização dos mesmos membros do grupo de trabalho, com ajustes. E, na Comissão Temática da IV CNC sugeriu que a Lia participasse.

**Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna / Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa** - informou que nesse sentido a Casa de Rui não participaria, portanto, do primeiro GT [de revisão dos normativos e código de ética] para que pudesse assumir a Comissão Temática da IV CNC.

**Lia Calabre / Casa de Rui Barbosa** – sugeriu que outra pessoa com o perfil mais adequado integre o grupo [de normativos]; sugeriu, ainda, que antes de o grupo se reunir novamente, que todas as questões acerca de regramento passe por um técnico em normativa ou por um jurídico para que os problemas não se repitam.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura** – descreveu como era a composição do GT de funcionamento do CNPC, Agenda e Calendário 2016:

- I. Ex-Secretário de Articulação Institucional – Vinicius Wu
- II. Representante do IPEA – Frederico Augusto Barbosa da Cunha
- III. Conselheiro do colegiado de música – Manoel José Souza Neto
- IV. Conselheiro do colegiado de dança – Ana Beatriz Magalhães Mattar
- V. Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – Alice Monteiro Lima
- VI. Representante da Casa Civil da Presidência da República - Mariana B. de M. Parente Sade

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – explicou que essa composição com 6 membros não seria possível e deveria ser 5, devido a uma questão regimental. Descreveu, ainda, como poderia ser a composição para a Comissão Temática para a IV Conferência Nacional de Cultura:

- I. Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional – Bruno Santos
- II. Representante do IPEA – Frederico Augusto Barbosa da Cunha
- III. 1 Conselheiro indicado pelo colegiado
- IV. Representante da Casa Civil da Presidência da República
- V. Sra. Lia Calabre (como convidada do Pleno)

**Ana Beatriz Mattar / Colegiado Setorial de Dança** – lembrou que ela era do grupo e pediu que sejam mantidos dois representantes dos colegiados.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ressaltou que seria necessário, nesse caso, mais um representante da sociedade civil, já que na composição regimental, as comissões e GTs possuem 5 conselheiros e demais representantes indicados pelo Pleno. Mas, ponderou, que poderiam ser indicados dois representantes dos colegiados para aprovação do pleno.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – disse que a proporção caiu de 6 para 5 e questionou a proporção do Poder Público e sociedade civil nessa composição.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – lembrou que na última conferência fez parte do GT e os cinco membros da Conferência eram da sociedade civil.

Destacou que foi um trabalho para dar subsídio para a secretaria fechar as discussões. Sugeriu que o plenário tenha mais tempo para avaliar os membros da Comissão Temática da IV Conferência Nacional de Cultura, com cinco membros dos colegiados, mantendo o formato da última conferência.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ressaltou que a ideia era aproveitar os nomes do GT anterior que foram substituídos por perda de objeto, seguindo o regimento [do CNPC], conforme o

art.12 § 2º As comissões temáticas e os grupos de trabalho poderão ser constituídos por até cinco conselheiros titulares e/ou suplentes, com direito a voz e voto, definidos pelo Plenário, ou ainda, por representantes por eles indicados formalmente ao Secretário-Geral do Conselho, que providenciará o competente encaminhamento para a SECNPC.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que a composição, poderá ser da seguinte forma, se o pleno estiver de acordo:

- I. Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional – Bruno Santos
- II. Representante do IPEA – Frederico Augusto Barbosa da Cunha
- III. 1 Conselheiro indicado pelo colegiado
- IV. 1 Conselheiro indicado pelo colegiado
- V. Representante da Casa Civil da Presidência da República
- VI. Sra. Lia Calabre (como convidada do Pleno)

**Alessandra Costa Gomes (Alessandra Pajama) / Colegiado Setorial de Patrimônio Material** – ressaltou que é importante discutir a questão da acessibilidade cultural arquitetônica, comunicacional e a ampla participação dos delegados na Conferência Nacional.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – falou a respeito da importância da legislação sobre a necessidade especial alimentar no debate. Ressaltou que sempre são oferecidos, durante as reuniões, produtos industrializados, alergênicos, transgênicos e café com açúcar branco.

**Frederico Augusto Barbosa da Silva / Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)** – sugeriu que a comissão temática da Conferência seja conduzida pela SADI e composta de 5 representantes da sociedade civil.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ponderou que para a realização das reuniões, há custos envolvidos e o MinC está vivendo um momento [orçamentário] sensível.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – lembrou que são, também, instâncias da conferência a comissão organizadora, com diversos membros

da sociedade, bem como o comitê executivo, que também conta com participantes da sociedade civil. Portanto, são outras duas instâncias que vão receber contribuições da sociedade civil de forma bem sistematizada.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – disse que, regimentalmente, o GT precisa ter cinco membros, incluindo poder público e sociedade civil. E destacou que o ministro tem o poder, por portaria, de nomear um GT específico para a Conferência que não ficaria preso ao regimento do Conselho. Sendo possível, portanto, como proposta que esse segundo GT seja utilizado para outra ação do Conselho.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – lembrou que a conferência é um espaço para a sociedade civil deliberar, junto ao poder público, sobre a política pública de cultura no Brasil. Portanto, disse ser de bom tom que a comissão possa contemplar os cinco membros da sociedade civil e que a secretaria participe.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** - apresentou uma nova proposta para a Comissão Temática para a IV CNC:

- I. 5 membros da sociedade civil
- II. Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional

❖ DELIBERAÇÃO

✓ PROPOSTA APROVADA

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – informou que com essa proposta aprovada a Sra. Lia Calabre ficaria no GT de normativos do CNPC.

**Lia Calabre / Casa de Rui Barbosa** – esclareceu que seria mais interessante que o GT de normativos fosse integrado, oficialmente, por um conselheiro de outra instituição, ou seja, conselheiros efetivos do CNPC. E se dispôs a dar apoio ao debate, seja de consultoria ou outras observações necessárias.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – sugeriu, conforme debate do primeiro dia de reunião, que a cadeira ocupada pela então presidente da Casa de Rui, Lia Calabre, no GT [de revisão dos normativos e código de ética] fosse substituída por um representante da Consultoria Jurídica do MinC, acatando recomendações do Pleno. Informou também que houve o recebimento de proposta de substituição do conselheiro Davy Alexandrisky pela Conselheira Claudia Maria Queiroz de Jesus.

Proposta da mesa para o GT de normativos e comissão temática da Conferência Nacional de Cultura:

❖ **GT de revisão dos normativos e código de ética**

Composição:

**SOCIEDADE CIVIL**

- I. Conselheira Claudia Maria Queiroz de Jesus - Colegiado Setorial de Música Popular
- II. Conselheira Márcia Costa Rodrigues - Sistema S
- III. Conselheiro Antonio Padilha – Colegiado Setorial de Música Erudita

**PODER PÚBLICO**

- IV. Consultoria Jurídica do MinC
- V. Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional - Claudia Santos

❖ **DELIBERAÇÃO**

✓ PROPOSTA APROVADA

❖ **Proposta da mesa para a Comissão Temática da IV Conferência Nacional de Cultura**

- I. 5 membros da sociedade civil:
  - a. Alice Monteiro Lima – Comissão Nacional de Pontos de Cultura
  - b. Ana Beatriz Matar (Bia) – Colegiado Setorial de Dança
  - c. Davy Alexandrisky – Colegiado Setorial de Artes Visuais
  - d. Doralice dos Santos Romeiro – Colegiado Setorial de Arquivos
  - e. Paulo Henrique Menezes (Mestre Paulo Kikongo) – Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial
- II. Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional
  - a. Bruno Santos

❖ **DELIBERAÇÃO**

✓ PROPOSTA APROVADA

**ITEM 5 DA PAUTA**

**A) RESUMO**

- ❖ Apresentação sobre o Processo de Revisão do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010) – Gabriela Crivellente – Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Cultura

**B) SUGESTÕES**

- ❖ Lei 12.343/2010 - Plano Nacional de Cultura
  - O Plano Nacional de Cultura será revisto periodicamente.
  - A primeira revisão do Plano será realizada após quatro anos.
  - O processo de revisão será desenvolvido pelo Comitê de Revisão do PNC.
  
- ❖ Coordenação-executiva do PNC (Portaria 120/2011)
  - Propor ao Comitê-Executivo do PNC metodologia de revisão do PNC.
  - Poderá instituir Grupos de Trabalho destinados à elaboração de estudos e proposições.
  
- ❖ Grupo de Trabalho – GT MinC – PNC (Portaria 390/2014)
  - Reunir, consolidar, validar e disponibilizar as informações necessárias à revisão do PNC.
  - Propor a atualização e o aperfeiçoamento das diretrizes, estratégias, ações e metas do PNC.
  
- ❖ Comitê Executivo do PNC
  - Implementar o processo revisional das diretrizes, estratégias, metas e ações do Plano.
  - Será composto pelo MinC, CNPC, Congresso Nacional, de estado e de município.
  
- ❖ Início das discussões
  - No ano de 2014, foi iniciado o processo de discussão das propostas de revisões, no âmbito do Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas.
  - O grupo de trabalho (GT MinC – PNC – 2014) foi instituído por meio da Portaria nº 309/2014.
  - O GT se reuniu para consolidar, validar e disponibilizar as informações necessárias à revisão.
  - Foram realizadas 9 reuniões, de 2 dias cada.
  - Apresentada a proposta preliminar ao CNPC, em 24/11/2014.
  
- ❖ Continuação das discussões
  - No ano de 2015, com a mudança de gestão o GT foi recomposto.
  - O GT se reuniu para consolidar e finalizar as propostas de mudança das metas do PNC.
  - Foi realizada mais uma reunião, de 2 dias, que totalizaram 11 reuniões do GT.

- Após discussões internas, foi aberta a primeira fase da Consulta Pública da revisão.

❖ 1ª fase da Consulta Pública

- Período de participação: 01/09/2015 a 15/02/2016.
- Reunir contribuições qualitativas para aperfeiçoar o trabalho proposto pelo GT MinC PNC.
- Análise:
  - 4.625 visitantes
  - 1956 votos
  - 91,8% de aprovação (1796 votos)
  - Todas as propostas do MinC (nas 53 metas) contaram com aprovação
  - A meta com menor aprovação teve 70% de votos favoráveis

❖ Próximos passos

- Compor o Comitê Executivo (aguardar regulamentação da Lei 12.343/2010).
- Realização da 2ª fase da Consulta Pública.
- Após Consulta Pública, o Comitê deliberará sobre a proposta final da redação das metas.
- Apresentação da versão final para o CNPC.
- Publicação da portaria que revisa as metas do PNC

## ITEM 6 DA PAUTA

### A) RESUMO

- ❖ Plataforma Colaborativa

### B) APRESENTAÇÃO

- ❖ Apresentação Érika Freddi – Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização – SADI/MinC

Plataforma é de governança colaborativa, implementada como instrumento de participação social, com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país. Já são 70 mil usuários cadastrados na Plataforma Colaborativa que poderão ser migrados para a Plataforma Colaborativa. A plataforma do CNPC reúne:

- Informações institucionais
- Agenda geral do CNPC
- Páginas dos Colegiados Setoriais
- Estrutura com ambiente de debates específicos para os Colegiados, Plenário, GT's e Comissões.

A Plataforma possui dois eixos:

- Gestão Colaborativa dos conteúdos
  - Garantir transparência das ações e documentos das instâncias do conselho;
  - Os conteúdos são:
    - Artigos e Notícias
    - Eventos para compor a Agenda, Informações e Documentos dos colegiados.
- Tomada de decisão
  - Utilização do Delibera (software livre)

A Plataforma já está disponível para consulta. Em relação à participação social, foi identificado, em reuniões do CNPC, que é necessário um módulo para realizar as deliberações entre os membros eleitos, por meio de um debate fechado. Esse ajuste está sendo desenvolvido.

## C) SUGESTÕES

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – sugeriu a disponibilização das fotos dos membros dos colegiados, bem como um espaço na plataforma para as novas cadeiras; pediu que conselheiros sejam provocados para enviar fotos e currículos para disponibilizar na plataforma; disse que vários documentos da plataforma antiga ainda não foram migrados; ressaltou que não está localizando os documentos com facilidade; sugeriu um link para legislação e disse que não consegue publicar os conteúdos sobre os colegiados.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – destacou que todos esses informes serão passados nas reuniões dos colegiados.

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – questionou se é possível determinar um prazo para que a plataforma possa ser utilizada. Disse que, na última reunião, há um ano informaram que iriam receber login e senha. Destacou, ainda, que muitas questões relacionadas ao colegiado não tiveram andamento. Ressaltou que a sociedade civil não teria acesso ao debate dos colegiados se não fosse as redes sociais, o único canal de comunicação que os colegiados possuem com seus representados.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – esclareceu que o cadastramento já pode ser feito na plataforma. Ressaltou que não está disponível, ainda, é justamente um módulo fechado para substituir as redes sociais.

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – destacou que ainda não constam informações que os colegiados precisam prestar para a sociedade civil, como os planos setoriais, que não estão disponíveis na plataforma.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – disse que a única coisa que é possível fazer na Plataforma é publicar eventos.

**Lourenço Ribeiro Filho (Negro Guinê) / Colegiado Setorial de Arte Digital** – disse que a plataforma não está sendo utilizada de modo colaborativa com o conselho, já que é uma plataforma de software livre; sugeriu que seja retomada a discussão anterior, acerca da participação do conselho na construção da plataforma para facilitar a acessibilidade a todos; disse que a plataforma tem que estar sincronizada com todos os setoriais e tem que estar nas mãos da sociedade civil e não só administrada pelo governo, para que o conselho não fique utilizando somente redes sociais que também não é seguro.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – pede que seja realizado um workshop com os colegiados para a utilização da plataforma na reunião dos colegiados.

**Nitai Bezerra / Coordenador – Geral de Infraestrutura Tecnológica do Ministério da Cultura** - disse que no início do ano, a Plataforma estava em estado de concepção e que foi feita uma Consulta Pública para definição dos requisitos e funcionalidades com os conselheiros. Ressaltou que esse processo foi considerado e toda a plataforma foi construída em software livre e código aberto. Lembrou que muitos desenvolvedores que não possuem participação direta no Ministério da Cultura participam do desenvolvimento. Destacou que, na última reunião do colegiado, foi requisitada uma nova funcionalidade da plataforma de modo que ela possa realizar debates fechados e informou que isso está em desenvolvimento. Lembrou que o processo de desenvolvimento segue como o planejado de acordo com as práticas de software livre.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – pediu que fosse feito um workshop sobre a plataforma, de pelo menos uma hora, nas reuniões dos colegiados que irão acontecer.

**Lourenço Ribeiro Filho (Negro Guinê) / Colegiado Setorial de Arte Digital** – disse que daqui para frente gostaria que fossem resolvidas as atividades da plataforma coletivamente com os colegiados, garantindo a participação do conselho na construção da plataforma.

**Nitai Bezerra / Coordenador – Geral de Infraestrutura Tecnológica do Ministério da Cultura** – esclareceu que o Ministério da Cultura é um aliado e

agradeceria muito caso houvesse interesse de mais pessoas para auxiliar colaborativamente na construção da plataforma e informou que a todo momento é possível fazer modificações. Disse, ainda, que as capacitações serão realizadas.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** - Destacou que a equipe está compilando os planos setoriais e as moções, que serão submetidas à Consultoria Jurídica do MinC, para publicação na plataforma.

## ITEM 7 DA PAUTA

### A) RESUMO

- ❖ Publicação das moções, recomendações e planos setoriais

### B) SUGESTÕES

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** - Disse que as moções estão sendo compiladas e submetidas à consultoria jurídica e que será dada a celeridade necessária para novas moções.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – questionou sobre o andamento do GT Interconselhos e disse que, possivelmente, ele precisará ser recomposto.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – questionou sobre o andamento das últimas moções e disse que tem todas as moções já apresentadas, caso a Secretaria precise.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – lembrou que o GT Interconselhos não é permanente, criado especificamente para discussão do orçamento.

## ITEM 8 DA PAUTA

**Dia/Horário**

### A) RESUMO

- ❖ Temário da IV Conferência Nacional de Cultura

- Proposta apresentada:

#### **Eixo 1 – Economia da cultura e novas tecnologias**

**Foco:** A economia da cultura e os desafios para a produção e difusão cultural em face das novas tecnologias

**Objetivo:** Avaliar o papel e os desafios do setor cultural para a economia e o desenvolvimento do país, considerando as aceleradas transformações tecnológicas que impõem novos modelos de produção e difusão.

## **Eixo 2 – Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento**

**Foco:** Infraestrutura cultural, equipamentos, espaços culturais e patrimônio, e sua integração com o turismo e o esporte, para o desenvolvimento econômico e social do país

**Objetivo:** Discutir políticas de preservação, recuperação, restauração e ampliação da infraestrutura cultural do país, de forma integrada com o turismo e o esporte, como forma de promover o desenvolvimento econômico e de oferecer espaços para a fruição cultural e o lazer, com foco no desenvolvimento humano e na melhoria das condições urbanas das cidades brasileiras.

## **Eixo 3 – Cultura e sustentabilidade**

**Foco:** A sustentabilidade na produção de bens artísticos e simbólicos

**Objetivo:** Discutir as políticas culturais como construção de uma consciência em favor da preservação do meio ambiente e da redução das desigualdades; debater formas de financiamento das atividades culturais pelo Estado e pela sociedade; discutir a experimentação do desenvolvimento estético e as formas de salvaguarda das manifestações culturais tradicionais. Cada vez mais se observam episódios de intolerância do público em relação à cultura. Em vista disso, é também preciso entender o porquê de as manifestações culturais sofrerem tantos ataques, bem como discutir como a cultura pode recobrar sua dimensão simbólica no coração das pessoas.

## **Eixo 4 – Cidadania, diversidade e participação**

**Foco:** Cidadania, diversidade e participação ativa da sociedade no seu desenvolvimento cultural

**Objetivo:** Avaliar as possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento dos canais de participação social como forma de garantir isonomia e diversidade no desenvolvimento das políticas públicas e da cultura no país.

## **Eixo 5 – Política cultural, gestão e capacitação**

**Foco:** Política cultural, institucionalidade e gestão: cultura como instrumento de integração federativa, capacitação e formação de fazedores de cultura

**Objetivo:** Discutir mecanismos de melhoria institucionais e de gestão, além de capacitação de fazedores de cultura e dos instrumentos de implementação das políticas públicas para a cultura, como forma de (i) torná-las mais eficientes, eficazes e efetivas; e (ii) de promover a integração federativa, por meio do plano e do sistema nacional de cultura.

## Eixo 6– Preservação e salvaguarda do patrimônio cultural

**Foco:** Os desafios atuais da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro: a gestão das responsabilidades concorrentes e a cooperação como estratégia para fortalecimento da política nacional de patrimônio cultural.

**Objetivo:** Construir um discurso e estratégias que tornem operativa, eficiente e objetiva a complexa gestão do patrimônio cultural junto aos diversos agentes governamentais e em diálogo inteligente com a sociedade, bem como alicerçar uma visão que confira credibilidade e efetividade à política patrimonial pautada na cooperação como via para o compartilhamento de recursos e o desenvolvimento de uma governança patrimonial sustentável.

### B) SUGESTÕES

#### ❖ Apresentação do João Leiva

João Leiva iniciou sua apresentação esclarecendo que há um certo preconceito da população em lidar com números quando se fala de cultura. Disse que, geralmente, quando se fala de Economia da Cultura, vem na cabeça a ideia de PIB, empregos gerados, números que ajudariam a dar uma dimensão da riqueza econômica que a cultura é capaz de gerar, mas que ficam meio distantes dos valores intangíveis, simbólicos, imateriais que são o coração da cultura.

Ele esclareceu que essas coisas não são de maneira alguma incompatíveis. Ressaltou que é um erro acreditar que tratar de economia da cultura ou procurar olhar para algum desses indicadores vai de alguma maneira prejudicar a cultura ou levar a cultura para um caminho de desenvolvimento distante do que seriam seus valores essenciais. Lembrou que quando se fala de economia da cultura, se pensa em PIB, em números de empregos gerados, que são macrovariáveis.

Disse que utilizar números para discutir a área cultural é uma forma de auto – conhecimento e por isso é importante ter informações básicas sobre a cultura. Questionou, por exemplo, quantas pessoas praticam capoeira, número de escolas que oferecem algum tipo de formação na capoeira e defendeu que é importante acompanhar se esses dados estão crescendo ou diminuindo. Lembrou o caso das salas de cinema de rua que estão desaparecendo e disse que se, talvez pudéssemos ter acompanhado esses dados com melhor qualidade, talvez seria possível fazer alguma coisa.

Destacou que quando se fala em cultura como eixo de desenvolvimento, talvez seria importante avaliar desde o início os processos educacionais, tanto em relação ao artista quanto ao público; e ressaltou que quanto menos informações há, mais a cultura se fragiliza.

#### ❖ Apresentação do Cláudio Vasconcelos

O Secretário Cláudio Vasconcelos destacou que cultura não é apenas indústria; que nem tudo da cultura tem a ver com economia e há muitas formas de manifestações culturais que não tem nenhuma relação com a lógica econômica. Lembrou que há muitas manifestações culturais que apenas existem ou poderiam existir, da forma como gostaríamos que elas fossem ou com o alcance que poderiam ter, se houver uma organização profissional dos investimentos colocados dentro dessa atividade.

Esclareceu que à medida que damos alcance a nossa cultura também ajudamos a preservá-la. Para ele, a economia da cultura entra nessa lógica das manifestações culturais e de empoderamento do setor. Ressaltou que cultura não é apenas indústria, mas, sim, indústria também.

Disse que a cultura é um eixo estratégico de desenvolvimento econômico do país por pelo menos duas razões: o Brasil é excelente em produzir cultura, é um país diverso, com muitas linguagens e possui uma produção de música popular relevante, qualificada que está entre as mais importantes do mundo. Portanto, disse que cultura é um eixo estratégico porque o Brasil é muito talentoso em produzir nessa área.

Ressaltou que a atividade econômica brasileira possui poucas externalidades negativas e muitas externalidades positivas. Comparadas a outras atividades econômicas, lembrou que a atividade cultural é muito limpa. Disse que no momento em que percebemos que os recursos econômicos são finitos, é preciso desenvolver novas maneiras de nos relacionarmos com o planeta e seus recursos culturais. Destacou que o Brasil possui uma vantagem não apenas econômica como também uma vantagem em termos de sustentabilidade em longo prazo.

Lembrou que a atividade econômica precisa do pensamento humano, pois somente uma mente humana é capaz de compor uma melodia, escrever um roteiro surpreendente, produzir uma arte visual que toque a alma. Portanto, a atividade cultural é profundamente dependente do ser humano.

Ressaltou que estamos sujeitos ao fenômeno do desemprego estrutural, que é um fenômeno que assola a maior parte das atividades econômicas, que substitui o homem pela máquina. Então, o secretário esclareceu que o setor econômico não polui, não é facilmente substituível por máquinas e, ainda, que o Brasil é bom nisso.

Sobre as externalidades positivas destacou que ninguém sai de uma peça de teatro como entrou. Ninguém termina um livro da forma como começou. Ninguém sai de um filme, de um espetáculo de dança, de uma experiência gastronômica ou de qualquer experiência cultural, da forma como entrou. Disse que a experiência cultural transforma o ser humano para melhor. O que deixa claro que a atividade cultural é efetivamente um fator de desenvolvimento humano e não apenas econômico.

Defendeu que a cultura se afirme como atividade econômica. Disse que a atividade cultural também é intensiva em capital intelectual, em um país altamente produtor de commodities, como é o Brasil. Esclareceu, portanto, que são muitas vantagens como: vocação, balanço das externalidades e atividade intensiva em capital intelectual. E

defendeu, ainda, que é preciso construir um atlas econômico da cultura para se ter controle dos dados culturais.

Lembrou que em lugar nenhum do mundo a cultura vive sem recurso público e ressaltou que é uma atividade que possui muitos efeitos positivos em cascata. Disse que por esse motivo se defende o financiamento à cultura, mas lembra que para isso é preciso construir um setor unificado e coeso.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** - Questionou à mesa se as novas tecnologias se justificam como eixo de debate da Conferência Nacional.

**João Leiva / Palestrante** – Disse que as pesquisas de hábito cultural que têm sido realizadas demonstram que o hábito cultural de quem acessa a internet todos os dias é mais intenso do que daqueles que não acessam. Ressaltou que há pesquisas também, em outros países, que demonstram que aqueles que acessam mais a internet têm saído menos de casa do que aqueles que não acessam. Portanto, ressaltou que devemos estar atentos nos impactos da internet em nossa forma de viver, para evitar que seja negativo.

**Cláudio Lins de Vasconcelos / Secretário de Economia da Cultura** – disse que é preciso tomar cuidado com o determinismo da cultura para não pensar que é a tecnologia que está levando a cultura a reboque; e é preciso pensar no elemento humano da cultura. Para ele, o importante é o produto do cérebro humano, pois a tecnologia veio de uma forma geral para impactar na distribuição da cultura. “Compor uma boa música é tão difícil hoje quanto há anos. O computador não produz cultura.”

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – disse que a tecnologia favoreceu a performance “apresentativa”, pois quando algo é apresentado assistimos como meros apreciadores; ressaltou que é diferente ver uma orquestra tocando no teatro e na televisão; no teatro, percebemos o natural e como as coisas funcionam. Concluiu que a performance “participativa” favorece muito mais a emoção do que a performance “apresentativa”.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – falou sobre a importância da cultura na preservação dos nossos valores. Esclareceu que estamos sendo bombardeados diariamente com culturas alienígenas e que a nossa cultura precisa ser preservada, e acabou sendo facilitada pela tecnologia. Enfatizou que estimular a cultura nacional é muito importante. Acredita que existe um erro estratégico da visão dos nossos governantes em relação a nossa cultura, pois cultura não é despesa e sim um investimento, mas não há estatísticas dos nossos produtos. Ressaltou que a cultura envolve uma cadeia produtiva muito longa, que gera impostos, embora esse retorno direto não chegue ao Ministério da Cultura. Destacou que é preciso que os governantes tenham outra visão da cultura tanto com relação a preservação bem como fator econômico importantíssimo.

**Antônio Alfredo Bertine de Torres Bandeira / Secretário do Audiovisual** – disse que publicou um livro sobre economia da cultura há 10 anos e que naquele momento as dificuldades eram imensas para obter dados. Ressaltou que os desafios continuam imensos devido ao preconceito com o tratamento do setor. Lembrou que acadêmicos

começam a reconhecer a cultura, do ponto de vista da economia, da pesquisa e da análise, já que existe a disciplina economia do audiovisual em algumas universidades. Ressaltou que todos os produtos tem seu valor cultural e alguns tem seu valor econômico, de extrema importância para dar credibilidade a todas essas discussões. E afirmou que com a tecnologia há uma mudança substancial da economia do audiovisual.

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – disse que a economia da cultura é um eixo importantíssimo para qualquer discussão futura. Ressaltou que no debate das novas tecnologias, a questão do direito autoral é gigante.

**Lourenço Ribeiro Filho (Negro Guinê) / Colegiado Setorial de Arte Digital** – explicou que na cadeia produtiva e no debate tecnológico, a questão da singularidade cultural está relacionada a singularidade tecnológica. Afirmou que a cultura, baseada somente no aspecto econômico acaba tirando a identidade dos verdadeiros fazedores de cultura que ganham menos na cadeia produtiva. Ressaltou que a tecnologia vai ser utilizada no processo de melhoramento e não há como evitar, mas é preciso compreender as singularidades, pois temos povos de várias nações e de vários grupos étnicos.

**Cláudio Lins de Vasconcelos / Secretário de Economia da Cultura** – disse que a singularidade é a nossa grande força e para discutir a economia da cultura é preciso ter consciência da diversidade das manifestações culturais.

**Alessandra Costa Gomes (Alessandra Pajama) / Colegiado Setorial de Patrimônio Material** – lembrou que a tecnologia garante o acesso. Disse que é preciso entender que a nossa cultura está além do fazer cultural e que a cultura não pode ser relacionada somente com produto cultural. Afirmou que é preciso valorizar e entender as populações ribeirinhas, quilombolas, ciganas, indígenas, tradicional de terreiro e possibilitar que a nossa tecnologia chegue lá na ponta.

**João Leiva / Palestrante** – explicou que mesmo nas cidades grandes, há zonas de exclusão e a tecnologia é mais uma forma de gerar essa exclusão. Por isso é preciso mapear os saberes e a tecnologia.

**Leonardo de Vargas Marques / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** – apresentou dados da economia criativa com base em diversas pesquisas. Ressaltou que o relatório da Firjan em 2014 constatou que a economia criativa teve um aumento de 70% enquanto o PIB aumentou 37%. Lembrou que é preciso pensar em uma política da cultura para além de questões orçamentárias, bem como outras linhas de financiamento para economia da cultura, já que é um dos setores que mais crescem.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que a cultura é um dos mais importantes vetores econômicos. No entanto, lembrou que nos cabe perceber algumas armadilhas, já que muitas vezes o debate em torno da economia da cultura limita-se ao campo das artes e às vezes ao campo das tradições, o que faz com que alguns setores que não se encontram nesse campo não recebam recursos. Ressaltou que essa política pública precisa compreender a cultura sobre o aspecto antropológico. Por isso é importante ter cautela e não focar somente na

produção, mas também no acesso. Afirmou, ainda, que as pessoas precisam ter mecanismos de acesso aos bens culturais produzidos, facilitando ao máximo.

**Cláudio Lins de Vasconcelos / Secretário de Economia da Cultura** – disse que se deve ter muito cuidado para que a lógica econômica não atropela a preservação da raiz da manifestação cultural.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – disse que gostaria de ter debatido sobre os eixos antes com o colegiado. Ressaltou, ainda, que toda a riqueza de debate que está sendo realizada no plenário ainda não consta no texto disponibilizado sobre os eixos. Defendeu a importância do eixo do patrimônio e salvaguarda cultural para que gere valor e riqueza às pessoas. Questionou se é metodologicamente correto colocar o eixo 1 em tanta evidência e enfatizou que o documento não expressa a intersetorialidade que se deve tratar o assunto. Defendeu a relação entre os setores criativos e o patrimônio singular. Sugeriu, ainda, o debate sobre o Procultura no temário da Conferência e o impacto da PEC 55 no setor cultural.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que o temário é resultado de informações colhidas dentro do ministério entre as secretarias e unidades vinculadas. Lembrou que, do ponto de vista da discussão dos eixos temáticos, o debate é para provocar e suscitar ponderações sobre os eixos.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – Falou sobre a cadeira de cultura alimentar que tem grande transversalidade. Ressaltou que não é possível colocar em um mesmo processo dois modos de produção completamente distintos: um mata e o outro faz cultura. Demonstrou também preocupação com a cultura alimentar, destacando que possui implicações diretas com o patrimônio genético, a diversidade biológica, a proteção ao conhecimento tradicional, a proteção e salvaguarda das instituições culturais. Esclareceu que o impacto disso é relevante, especialmente, porque se trata de soberania do Brasil sob suas expressões culturais. Destacou a importância da economia limpa e a garantia da expressão cultural brasileira. Lembrou sobre a questão da apropriação cultural, a propriedade intelectual, o direito à manutenção dos modos de vida tradicionais e a soberania cultural brasileira. Enfatizou, ainda, acerca da importância do reconhecimento do MinC ao conhecimento tradicional, à proteção do patrimônio genético e recursos naturais.

**Cláudio Lins de Vasconcelos / Secretário de Economia da Cultura** – esclareceu sobre a importância desse diálogo e da interlocução para a construção da economia da cultura.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – disse que não adianta falar de economia e recursos quando os mestres estão fora do processo de acesso a esses recursos. Falou, ainda, que a CNIC e Comissão do Fundo têm vários projetos devolvidos porque só tem corpo técnico. Enfatizou que não há mestres, nem representantes do CNPC e que não há recursos para a capoeira e muitas áreas da cultura.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – disse que não se pode tratar de economia da cultura sem a transversalidade dos outros órgãos; é preciso pensar em outro debate envolvendo outros atores sociais.

**Ana Beatriz Mattar / Colegiado Setorial de Dança** – criticou o tempo de fala dos conselheiros. Disse que deve ter um mediador para cronometrar o tempo; e ressaltou que economia da cultura ficou um tema muito reduzido e que poderia ser criado subeixos. Lembrou sobre a MP que exclui o ensino das artes e disse que ela não contribui com a cultura. Propôs que sejam criadas políticas públicas de cada eixo.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – Lembrou que o CNPC não produziu nenhum documento sobre a importância do ensino das artes e questionou se será eliminada ou estimulada essa relação com quem nunca teve acesso à cultura.

**Giowana Cambrone Araújo / Expressões Culturais LGBT** – disse que se incomoda em pensar a economia como fator determinante para a cultura do país; disse que o mecenato é o “carro-chefe” das políticas culturais do Ministério da Cultura, no entanto não funciona bem, já que o Brasil é um país de grandes desigualdades. Declarou que a *Lei Rouanet* favorece grandes centros econômicos em detrimento de regiões do interior ou que não tenham a mesma distribuição de renda e que, além disso, o mercado é um fator determinante na distribuição de recursos.

**André Luiz de Campello Duarte Cardoso / Academia Brasileira de Música** – apresentou dados retirados do levantamento do perfil cultural dos cariocas, editado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Destacou que entre as atividades culturais realizadas pelos cariocas, o concerto de música clássica e a ópera estão no final da cadeia, o que tem relação com democratização do acesso e educação, já que ópera é uma atividade cultural tão importante quanto a capoeira e o artesanato e não está ligada a determinada classe social ou econômica.

**Cláudio Lins de Vasconcelos / Secretário de Economia da Cultura** – esclareceu que os conhecimentos tradicionais são de fato questões que precisam ser contemplados nas políticas de financiamento e na comunicação. Destacou que a questão da representação da CNIC e mecenato precisam ser rediscutidas. Reforçou a importância da interlocução da cultura com outros órgãos.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – fez a leitura dos cinco eixos temáticos das Conferências de Cultura anteriores:

### **1ª Conferência Nacional de Cultura**

TEMA: ESTADO E SOCIEDADE CONSTRUINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

- I - Gestão Pública da Cultura
- II - Cultura é Direito e Cidadania
- III - Economia da Cultura

- IV - Patrimônio Cultural
- V - Comunicação é Cultura

## **2ª Conferência Nacional de Cultura**

TEMA: CULTURA, DIVERSIDADE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

- I - Produção simbólica e diversidade cultural
- II - Cultura, cidade e cidadania
- III - Cultura e desenvolvimento sustentável
- IV - Cultura e economia criativa
- V - Gestão e institucionalidade da cultura

## **3ª Conferência Nacional de Cultura**

TEMA: UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

- I – Implementação do Sistema Nacional de Cultura
- II - Produção simbólica e diversidade cultural
- III - Cidadania e direitos culturais
- IV- Cultura e desenvolvimento

## **Proposta para a 4ª Conferência nacional de Cultura**

TEMA: CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL

- I – Economia da cultura e novas tecnologias
- II – Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento
- III – Cultura e sustentabilidade
- IV - Cidadania, diversidade e participação
- V - Política cultural, gestão e capacitação
- VI - Preservação e salvaguarda do patrimônio cultural

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que as reuniões dos colegiados setoriais deveriam ter acontecido antes da reunião do plenário; sugeriu que o debate do temário se prolongue por mais tempo e que seja possível realizar o debate com os colegiados.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ponderou que é necessário que o debate dos eixos aconteçam no plenário por uma questão temporal para que a decisão do pleno seja referendada em consulta pública.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – sugeriu que as tecnologias sociais sejam acrescentadas no debate da economia da cultura.

**Alessandra Costa Gomes (Alessandra Pajama) / Colegiado Setorial de Patrimônio Material** – reiterou que o pleno é uma representação vinda do colegiado e que por esse motivo o debate dos eixos temáticos da CNC deveria acontecer primeiramente com os colegiados.

**Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca) – Colegiado Setorial das Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras** – disse que entende o momento que atravessamos, mas explicou que a falta de tempo não partiu dos conselheiros e que não podem decidir pelo colegiado. Sugere que o temário seja discutido junto com o colegiado.

**Lourenço Ribeiro Filho (Negro Guinê) / Colegiado Setorial de Arte Digital** – como representante do colegiado, defendeu que o debate se inicie nos colegiados.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – disse que o processo participativo não pode começar errado e defende que o debate seja levado para a base.

**Rita de Cássia de Mattos / Colegiado Setorial de Museus** – disse que todos esses eixos passam pelos museus e sugeriu que o diálogo se inicie nos colegiados.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – informou que o setorial de música já possui sugestões para o debate do temário. No entanto, diante do impasse, sugeriu uma discussão com os demais colegiados nas próximas semanas.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – disse que essa reunião está sendo fundamental e que a partir dela os representantes do plenário poderão ter uma outra visão do temário e por isso defende que o temário não seja decidido nesta reunião.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – propôs ao plenário que reflita sobre os eixos apresentados para deliberação dos colegiados.

**Lia Calabre / Casa de Rui Barbosa** – lembrou que os colegiados devem fechar a proposta do temário para que seja deliberada na próxima reunião do plenário.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – sugeriu que os coordenadores dos setoriais apresentem as propostas dos colegiados diretamente à coordenação do CNPC.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – lembrou sobre o último encontro do Conecta, que representa a sociedade civil no plenário, e agradeceu o secretário pela decisão. Informou, ainda, que as deliberações serão repassadas aos representantes do Fórum.

**Mario Augusto Ribas do Nascimento / Confederação Nacional de Municípios** – ressaltou que houve a renovação de 73% dos prefeitos do país e defendeu a importância das conferências municipais no primeiro ano de gestão dos prefeitos. Lembrou sobre o último encontro de prefeitos que aconteceu em Brasília e destacou a importância da integração entre turismo e cultura. Esclareceu que o tema da conferência é bastante importante, já que o aspecto econômico deve estar presente para estimular o desenvolvimento.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – informou que participou do encontro dos prefeitos e que sentiu falta de um tema específico com a abordagem da cultura como vetor de desenvolvimento. Sugeriu que a CNM discuta esse tema no próximo encontro de 2017.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – pediu um momento para apresentar as demandas enviadas pelos colegiados durante a reunião do plenário.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – sugeriu a inserção das novas cadeiras nas comissões temáticas e que se coloque em pauta, no plenário, a questão dos representantes das novas cadeiras nas reuniões dos setoriais.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – informou que não há tempo hábil para inclusão das novas cadeiras na próxima reunião dos colegiados e sugeriu que esse tema seja colocado na pauta da próxima reunião do plenário.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – alertou sobre a importância da replicação dos procedimentos de eleição dos conselheiros municipais e estaduais de cultura.

**Mario Augusto Ribas do Nascimento / Confederação Nacional de Municípios** – disse que é importante mostrar que a cultura é um vetor de desenvolvimento e, ainda, apresentar, aos estados e municípios, formas de alavancar o desenvolvimento local.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que os membros do CNPC são representação máxima e legítima da sociedade civil. Ressaltou que devido a exiguidade temporal para a publicação da convocatória da IV Conferência Nacional e a urgência na definição dos eixos para elaboração do regimento interno pretendia-se que ao final da reunião do plenário os eixos temáticos fossem aprovados, não ultrapassando seis. Dispensando, portanto, a necessidade de consulta pública que era a proposta inicial.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – lembrou que a sistematização dos eixos da Conferência será feita, no âmbito do Comitê temático, que acontecerá antes da próxima reunião do Plenário.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – defendeu que fosse dispensada a reunião da Comissão Temática para ajustes dos eixos da Conferência antes da próxima plenária já que eles podem ser sistematizados pela Coordenação-Geral do CNPC. Ressaltou que, posteriormente, a Comissão Temática poderá fazer os ajustes finos dos eixos.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – questionou sobre os subeixos e datas programadas para a Conferência Nacional e municipais.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que, em relação aos subeixos, será contratada uma Consultoria para fazer essa elaboração, juntamente com a Comissão temática. Em relação as datas da Conferência, ressaltou que há uma pretensão que ela aconteça no início do segundo semestre.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – lembrou que para o início do segundo semestre o MinC também está prometendo a Teia Nacional com o dobro de participantes da Conferência Nacional. Davy também sugeriu que a CNM possa participar do processo da Conferência, conforme solicitação de seu representante no pleno.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – questionou sobre a participação dos Fóruns e conselhos de cultura nos processos da conferência, no sentido de potencializar o debate dos eixos.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que o Ministério já está realizando articulação no sentido de possibilitar a participação dos Fóruns e Conselhos de Cultura nos debates da Conferência. Apresentou o **início do debate sobre o eixo 2**.

**Orvalina Ornelas do Nascimento Santos / Secretária de Infraestrutura Cultural** – defendeu a importância do **Eixo 2 – Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento** já que o MinC não tinha uma secretaria específica para debater a temática, de modo a possibilitar a inclusão social, a utilização dos espaços para multi-ações, acessibilidade, sustentabilidade e o fomento do desenvolvimento econômico e social. Disse que o objetivo da secretaria é fazer o aproveitamento de espaços culturais públicos e ociosos que existem no país, como teatro, museus. Ressaltou que também será discutida a questão da requalificação, modernização dos equipamentos culturais, de modo que a sociedade local se beneficie dessas ações de desenvolvimento.

**Andrey Schlee / Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN)** – defendeu a inclusão do eixo, mas demonstrou preocupação com a inclusão do trecho “integração com turismo e esporte”, por considerar que isso seja um retrocesso, e disse que é um debate que, na área no patrimônio, aconteceu na década de 70.

**Orvalina Ornelas do Nascimento Santos / Secretária de Infraestrutura Cultural** – pediu para fazer uma alteração no foco e objetivo proposto, considerando o material enviado à Coordenação do CNPC, já que a prioridade é discutir a política nacional de

infraestrutura. A alteração do foco seria “Universalização e ampliação do acesso aos bens e serviços culturais por meio da ampliação, requalificação e integração da infraestrutura cultural para o desenvolvimento econômico e social no país.”; e objetivo “Discutir políticas de preservação, recuperação, requalificação, construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura cultural do país, de forma integrada a outros equipamentos sociais, como forma de promover o desenvolvimento econômico e de oferecer espaços para a fruição cultural”.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – demonstrou preocupação com o eixo 2 e com o retrocesso no debate do tema infraestrutura cultural. Sugeriu que, no foco, seja colocado os critérios sobre o debate do turismo e esporte e ressalta que sente falta do desenvolvimento agrário no texto. Sugeriu que fosse colocado no objetivo do eixo, onde se fala em “desenvolvimento humano”, o debate sobre a garantia do direito humano à alimentação adequada e o turismo sustentável, considerando os pontos de cultura de base comunitária. Além disso, quando se fala na melhoria das condições urbanas das cidades brasileiras disse que foram deixados de fora os territórios tradicionais, sem nenhum tipo de menção às águas, florestas, aos campos e territórios tradicionais, considerando as especificidades locais e culturais.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – defendeu que o eixo 2 seja um subeixo e não um eixo, trabalhando de maneira mais ampla a relação entre cultura, cidade e o meio ambiente. Ressaltou que o espaço físico é importante no sentido de oportunizar a fruição e produção cultural e defendeu que o estado possibilite que os fazedores de cultura tenham condições de potencializar aquilo que já é feito, citando Marilena Chauí. Defendeu que essa abordagem seja em torno das cidades e sua relação com as florestas e comunidades que se apropriam das matas.

**Orvalina Ornelas do Nascimento Santos / Secretária de Infraestrutura Cultural** – disse que é preciso discutir a política nacional de infraestrutura, já que os fazedores de cultura continuarão fazendo cultura. Ressaltou também que o governo pretende organizar essa política para que seja possível mensurar a forma de fazer cultura no país e para que os fazedores de cultura possam ter um espaço mais adequado.

**Cláudia Maria Queiroz de Jesus / Colegiado Setorial de Música Popular** – disse que em Brasília foi desenvolvido um grupo interministerial de estudo para desenvolver uma APL da cultura para proteção da Feira da Torre. Ressaltou, ainda, que existem poucas iniciativas de APL voltadas para área da cultura e que poderia ser uma forma de proteger determinada região.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – sugeriu alterações no texto. No foco, onde se diz, “e sua integração com turismo e esporte” poderia ser colocado “e sua integração com os demais segmentos”. No objetivo, onde se diz “de forma integrada com o turismo e o esporte”, sugere que essa parte seja suprimida. E ainda, onde se diz “para a fruição cultural e o lazer” poderia ser substituído por “para a fruição cultural, lazer e informação”. Onde se diz “melhoria das condições urbanas das cidades brasileiras” sugeriu “na melhoria das condições socioambientais das cidades brasileiras”.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ponderou que no objetivo mantenha “condições urbana” e acrescente socioambientais.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – ressaltou preocupação com a ênfase dada ao desenvolvimento no eixo 2. Questionou se a cultura como desenvolvimento humano é de fato o que se quer ou não seria desenvolvimento econômico em função da cultura. Disse que a preocupação deveria ser com a salvaguarda dos bens culturais, a garantia da promoção de cultura e de espaços de fruição, produção e formação. Defendeu que é preciso salvaguardar a relação dos equipamentos com o entorno urbano ambiental, no sentido de redução dos impactos. Ressaltou, ainda, que é fundamental que essa proposta de restauração e reforma contemple o que se diz na lei 8.666 a respeito do concurso de projeto como modalidade prioritária para contratação de projeto, de modo a garantir qualidade.

**Letícia Miguel Teixeira – Ministério das Cidades** – questionou o entendimento que os equipamentos seriam os únicos suportes para as manifestações culturais. Disse que não foi mencionado o debate do território, que envolvem quilombolas, por exemplo. E ressaltou que um eixo que coloca a questão da infraestrutura somente do ponto de vista do equipamento está deixando de fora outros suportes da cultura, que incluem os diversos territórios urbanos e rurais.

**Orvalina Ornelas do Nascimento Santos / Secretária de Infraestrutura Cultural** – disse que a discussão prioritária deveria ser em torno da política de infraestrutura cultural, para que haja o envolvimento de vários setores.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – destacou que 72% dos municípios possuem menos de 20 mil habitantes e 50% desses municípios têm menos de 10 mil habitantes. Disse que nos processos das conferências nacionais, desde 2005, têm se discutido a questão da infraestrutura cultural e a necessidade de otimizar os espaços públicos para a integração dos espaços de cultura, esporte e lazer. Ressaltou que os municípios têm dificuldades de realizar parcerias com ministérios por não terem, no projeto, a palavra esporte e turismo. Por esse motivo, sugere que seja ampliado o debate incluindo, no texto do eixo, as palavras turismo, esporte, cultura e lazer.

**Leonardo de Vargas Marques / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** – disse que, no cenário atual, há 68 obras em execução das quais 18 foram entregues e a tendência é que seja cada vez mais restrito os recursos para esse tipo de empreendimento. Defendeu que o Brasil aproveite a posição de oitavo lugar em termos de recursos culturais competitivos [materiais e imateriais].

**Mario Augusto Ribas do Nascimento / Confederação Nacional de Municípios** – destacou, em relação ao eixo 2, que o turismo cultural tem crescido muito nos municípios. Sugeriu que seja incluído no debate a integração do meio rural e urbano no texto do eixo.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – apresentou o início do debate sobre o eixo 4.

**Renata Bittencourt / Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural** – destacou que o **Eixo 4 – Cidadania, diversidade e participação** traz a necessidade de reconhecimento da pluralidade religiosa, gênero e sexualidade; de reconhecimento da cultura em termos intelectuais, emocionais, morais e espirituais; de acessibilidade; de valorização dos mestres; e desenvolvimento que possa conciliar os valores humanos, simbólicos e as tradições múltiplas. A secretária destacou, ainda, que é importante pensar nas divisões raciais e étnicas no debate do eixo.

**Doralice dos Santos Romeiro – Colegiado Setorial de Arquivos** – sugeriu que fosse discutida a questão do direito à cultura, conforme a constituição.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – questionou sobre a ausência de indígenas no Plenário e sugeriu que o debate sobre a democracia participativa esteja presente no texto do eixo.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – informou que um indígena estava com pendências na prestação de contas e outro já estava com agenda programada para outro encontro e por esse motivo não foi, tecnicamente, possível trazê-los.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – questionou sobre a possibilidade de participação dos conselhos em uma pré-conferência setorial alguns dias antes da Conferência Nacional, conforme aconteceu na conferência anterior; questionou também sobre a realização da TEIA Nacional e Conferência Nacional, quase simultaneamente em 2017.

**Renata Bittencourt / Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural** – disse que o ministério está realizando uma força tarefa para que a Teia aconteça antes da Conferência Nacional.

**Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca) – Colegiado Setorial das Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras** – concordou com a troca da palavra “participação” por “democracia” no eixo 4; sugeriu que fosse enfatizada a questão das comunidades tradicionais no texto; e defendeu uma intervenção do governo para que todos os pontos de cultura funcionem.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – questionou sobre a palavra “participação” no texto. Disse que a participação é central no âmbito da política cultural e por esse motivo não pode estar restrita a um único aspecto da política cultural. Acrescentou que a participação é transversal, assim como o desenvolvimento econômico e defendeu que o mais importante é que a palavra “participação” esteja presente no eixo 5.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – Ressaltou que o texto do eixo não cita, em nenhum momento, a garantia da participação de povos e comunidades tradicionais, povos originários, povos indígenas e povos de matriz africana, além de prever a participação de mulheres.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – ao citar a descrição do eixo 4, defendeu que o “crescimento econômico” não seja estrutura do eixo e sugeriu a supressão. Disse que a diversidade cultural não precisa de desenvolvimento econômico e sim desenvolvimento social. E acrescentou, ainda, a importância do grupo LGT no texto do eixo.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – pediu para incluir os povos citados no Decreto 6040/07; destacou também que poderia ser incluído no texto do eixo a expressão “participação popular”.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – pediu que o texto do eixo fosse fechado ao longo da reunião do plenário.

**Renata Bittencourt / Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural** – sugeriu que a palavra democracia venha no texto do eixo da seguinte forma: **Eixo 4 – Democracia, cidadania e diversidade.**

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – Sugeriu ajuste no foco, da seguinte forma “Cultura como direito humano através da garantia da cidadania, diversidade e participação ativa da sociedade no seu desenvolvimento”, suprimindo a palavra cultural ao final. E no eixo 2, sugeriu a permanência de “turismo e esporte” e, ainda, do termo “lazer”.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – discordou da supressão da palavra “cultural” no final do eixo do foco, já que isso poderia dar base para outros tipos de desenvolvimento e não o cultural.

**Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna / Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa** – defendeu que não é uma questão de etimologia já que a palavra cultura no início do texto do foco espalha para todo bloco a sua significação.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – sugeriu que ao suprimir a palavra “cultural” seja acrescentada a expressão “participação ativa da sociedade no seu desenvolvimento e **bem viver**”. E onde tem “Cultura como direito humano através da garantia da cidadania” seja alterado para “Cultura como direito humano por meio da garantia da cidadania”.

**Marta Ribeiro Rocha e Silva de Senna / Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa** – lembrou a colocação de um dos conselheiros em relação a palavra “participação” e sugeriu que a palavra fosse incluída em todos ou em nenhum eixo.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – sugeriu a retirada da palavra participação do texto do eixo 4, mas a manutenção do foco da seguinte forma:

**Eixo 4 – Democracia, cidadania e diversidade**

**Foco:** Cultura como direito humano por meio da garantia da cidadania, diversidade e participação ativa da sociedade no seu desenvolvimento e bem viver.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – retornou o debate do **eixo 2**.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – disse que a política cultural deve buscar cada vez mais uma transversalidade.

**Alice Monteiro Lima / Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** – mostrou preocupação com questões jurídicas que envolvem a ausência dos termos “cultura, turismo e esporte” no texto eixo, pois dificulta a realização de convênios nos municípios.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – defendeu as palavras “cidade” e “meio ambiente” no texto do eixo, já que são espaços de produção cultural, de modo a envolver outras áreas e ministérios.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – lembrou que o debate prioritário é em torno do texto dos eixos. Disse que essas discussões serão aprofundadas nos colegiados, sistematizadas e encaminhadas para a Comissão Temática da Conferência Nacional, que será responsável pelo detalhamento dos eixos e sub eixos.

**Giowana Cambrone Araújo / Expressões Culturais LGBT** – questionou como será a participação do comitê técnico LGBT para propor contribuições em relação aos eixos temáticos.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – propôs para **Eixo 2** o texto **Infraestrutura cultural, território e desenvolvimento sustentável**.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – informou que levará a proposta para conhecimento da Secretária de Infraestrutura cultural.

**Giowana Cambrone Araújo / Expressões Culturais LGBT** – propôs que seja garantido ao comitê técnico LGBT a participação no debate dos eixos temáticos para apresentar contribuições, da mesma maneira que os colegiados.

**Lia Calabre / Casa de Rui Barbosa** – defendeu que o comitê LGBT possa se reunir no mesmo momento que os colegiados setoriais para apresentar suas contribuições, mas ponderou que isso seja pensado em termos regimentais daqui para frente.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – sugeriu que no objetivo do eixo 2 seja acrescentada a questão dos territórios tradicionais da seguinte forma: “com foco no desenvolvimento humano e na melhoria das condições rurais, dos territórios tradicionais, das áreas urbanas e condições socioambientais das cidades brasileiras.”

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – solicitou à Tainá que desenvolvesse melhor o texto dessa proposta para encaminhamento.

**Rita de Cássia de Mattos / Colegiado Setorial de Museus** – questionou sobre a representação dos museus no texto dos eixos e sugeriu que a proposta apresentada pelo Ibram fosse incluída no eixo 6.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – sugeriu aprovação em bloco dos eixos 1 ao 6 no formato que está para dar início às deliberações de moções e recomendações.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – informou que os eixos estavam sendo aprovados com os ajustes realizados durante a reunião do pleno e aguardaria a devolutiva da sociedade civil para posterior deliberação dos eixos temáticos.

#### ❖ PROPOSTAS APROVADAS

### EIXOS TEMÁTICOS - RESUMO

#### **Eixo 1 – Economia da cultura e novas tecnologias**

**Foco:** A economia da cultura e os desafios para a produção e difusão cultural em face das novas tecnologias.

**Objetivo:** Avaliar o papel e os desafios do setor cultural para a economia e o desenvolvimento do país, considerando as aceleradas transformações tecnológicas que impõem novos modelos de produção e difusão.

#### **Eixo 2 – Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento**

**Foco:** Universalização e ampliação do acesso aos bens e serviços culturais por meio da ampliação, requalificação e integração da infraestrutura cultural para o desenvolvimento econômico e social no país.

**Objetivo:** Discutir políticas de preservação, recuperação, requalificação, construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura cultural do país, de forma integrada com o esporte, o turismo e outros equipamentos sociais, como forma de promover o desenvolvimento econômico e de oferecer espaços para a fruição cultural, o lazer e informação, com foco no desenvolvimento humano e na melhoria das condições rurais, urbanas e socioambientais das cidades brasileiras.

#### **Eixo 3 – Cultura e sustentabilidade**

**Foco:** A sustentabilidade na produção de bens artísticos e simbólicos.

**Objetivo:** Discutir as políticas culturais como construção de uma consciência em favor da preservação do meio ambiente e da redução das desigualdades; debater formas de financiamento das atividades culturais pelo Estado e pela sociedade; discutir a experimentação do desenvolvimento estético e as formas de salvaguarda das

manifestações culturais tradicionais. Cada vez mais se observam episódios de intolerância do público em relação à cultura. Em vista disso, é também preciso entender o porquê de as manifestações culturais sofrerem tantos ataques, bem como discutir como a cultura pode recobrar sua dimensão simbólica no coração das pessoas.

#### **Eixo 4 – Democracia, cidadania e diversidade**

**Foco:** Cultura como direito humano por meio da garantia da cidadania, diversidade e participação ativa da sociedade no seu desenvolvimento e bem viver.

**Objetivo:** Avaliar as possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento dos canais de participação social como forma de garantir isonomia e diversidade no desenvolvimento das políticas públicas e da cultura no país.

#### **Eixo 5 – Política cultural, gestão e capacitação**

**Foco:** Política cultural, institucionalidade e gestão: cultura como instrumento de integração federativa, capacitação e formação de fazedores de cultura.

**Objetivo:** Discutir mecanismos de melhoria institucionais e de gestão, além de capacitação de fazedores de cultura e dos instrumentos de implementação das políticas públicas para a cultura, como forma de (i) torná-las mais eficientes, eficazes e efetivas; e (ii) de promover a integração federativa, por meio do plano e do sistema nacional de cultura.

#### **Eixo 6 – Preservação e salvaguarda do patrimônio cultural**

**Foco:** Os desafios atuais da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro: a gestão das responsabilidades concorrentes e a cooperação como estratégia para fortalecimento da política nacional de patrimônio cultural.

**Objetivo:** Construir um discurso e estratégias que tornem operativa, eficiente e objetiva a complexa gestão do patrimônio cultural junto aos diversos agentes governamentais e em diálogo inteligente com a sociedade, bem como alicerçar uma visão que confira credibilidade e efetividade à política patrimonial pautada na cooperação como via para o compartilhamento de recursos e o desenvolvimento de uma governança patrimonial sustentável.

### **ITEM 9 DA PAUTA**

#### **A) RESUMO**

- ❖ Moções e Recomendações da 27ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC

#### **B) PROPOSTAS**

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** - fez a leitura da Moção nº 01 sobre o Sistema Municipal de

Cultura de Curitiba de autoria do Colegiado de Design, representado pelo Conselheiro Túlio Filho.

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – destacou que o município está vivendo um momento de alteração da gestão e enfatizou que esse trabalho [sobre o Sistema Municipal de Cultura de Curitiba] está sendo desenvolvido pelo município nos últimos três anos. Defendeu a urgência da aprovação da moção de apoio ao Sistema Municipal de Cultura de Curitiba que está em apreciação pela Câmara Municipal de Curitiba, para que todo esse trabalho construído ao longo dos anos não seja desprezado.

❖ DELIBERAÇÃO

✓ MOÇÃO Nº 1 APROVADA

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – fez a leitura da Moção nº 02, de autoria do Mestre Ninja do colegiado de capoeira, sobre Apoio ao Projeto de Lei 1966/2015 que reconhece o caráter educacional da Capoeira.

**Valdir Rodrigues Miranda (Mestre Ninja) / Capoeira** – lembrou que o Conselho de Educação Física tem defendido a formação superior em Educação Física para os professores de capoeira e que, além disso, muitos pais das crianças entendem que capoeira é religião. Por esse motivo pediu apoio do plenário na aprovação da moção de *Apoio ao Projeto de Lei 1966/2015 que reconhece o caráter educacional da Capoeira*.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – ressaltou que esse projeto de lei nasceu no Senado e agora está na Câmara sob a relatoria de um pastor evangélico da igreja Universal e pediu apoio para que o projeto ande, devido ao caráter educacional da capoeira.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – defendeu a inclusão, do ponto de vista educacional, do caráter histórico da capoeira na proposta da moção.

❖ DELIBERAÇÃO

✓ MOÇÃO Nº 2 APROVADA

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – iniciou a proposta de aprovação em bloco das moções nº 3 e nº 9 de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – fez a leitura da moção nº 3, de Repúdio ao Projeto de Emenda Constitucional nº 55/2016, que congela investimentos em saúde, educação, cultura e programas sociais por 20 anos, e aos deputados federais que votaram a favor da aprovação da referida PEC.

**Leonardo de Vargas Marques / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** – alertou que a dívida bruta do governo gira em torno de 70% do PIB e que o orçamento da Cultura pode diminuir se não houver um cenário de aprovação da PEC.

**Rita de Cássia de Mattos / Colegiado Setorial de Museus** – disse que o dinheiro está sendo cortado de outro lugar e que há outros cortes que precisam ser feitos e não esse. Ressaltou que o governo deveria encontrar outros lugares para cortar o dinheiro como de salários, benefícios de deputados, etc.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – ressaltou que o discurso e a argumentação da moção estão coerentes, mas lembrou que, quando se referiu ao Temer, ficou partidário e não cultural.

**Kátia Adriana Cardoso de Oliveira / Casa Civil da Presidência da República** – ressaltou que com base no discurso da Luana e como representante da Casa Civil do governo e do Estado pediu vistas das duas moções para levar ao conhecimento de seus pares.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que não identificou no regimento informações sobre o pedido de vista do CNPC.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que conforme o art. 26 do regimento:

“É facultado a qualquer conselheiro, com direito a voto, requerer vista, devidamente justificada, de matéria não julgada, ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria.

§ 1º A matéria objeto de pedido de vista, deverá constar da pauta da reunião subsequente, ordinária ou extraordinária, quando deverá ser exposto o parecer do respectivo conselheiro.

§ 2º O parecer relativo à matéria objeto de pedido de vista deverá ser encaminhado ao Secretário-Geral do Conselho e à SECNPC no prazo estabelecido pelo Presidente.

§ 3º Quando mais de um conselheiro pedir vista, o prazo para apresentação dos pareceres correrá simultaneamente.

§ 4º É intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta após iniciada a votação da matéria.

§ 5º As matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

§ 6º A matéria poderá ser retirada de pauta, por pedido de vista, somente uma vez.

§ 7º O conselheiro que requerer vista e não apresentar o respectivo parecer no prazo estipulado receberá advertência do Presidente, por escrito.

§ 8º A matéria objeto de pedido de vista constará da pauta da reunião subsequente, independentemente da apresentação do respectivo parecer no prazo estipulado.”

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – com base no artigo 5º, solicitou apresentação de um requerimento verbal para votar a matéria em regime de urgência para que o pleno possa julgar.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** - disse que o pedido de requerimento de urgência não poderia ser aceito porque foi apresentado verbalmente e não por escrito com dez assinaturas, já que as vistas foram solicitadas antes do pedido de urgência.

**Orvalina Ornelas do Nascimento Santos / Secretária de Infraestrutura Cultural** – disse que não notava muito prejuízo da PEC com relação à cultura, já que o art. 216, § 1º, inciso XII fala da ampliação progressiva dos recursos constituídos nos orçamentos públicos para a cultura. Ela esclareceu que embora a cultura esteja inserida, há um outro princípio constitucional para o Sistema Nacional de Cultura que é a ampliação dos recursos para a cultura.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – esclareceu que desde 2005 existe um debate com relação a PEC 150 em que se pleiteia 2% de recursos para a cultura e até hoje não foi alcançado nem 0,5%.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – disse que cultura está diretamente ligada à sociedade e não adianta tentar fazer cultura se não há saúde e por esse motivo, acredita que há uma interferência direta da PEC.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – fez a leitura da moção nº 9 de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, apresentada pelos colegiados setoriais.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – disse que a questão central desse ajuste proposto é o fato de colocar uma margem de tempo de 20 anos, pois é algo que deveria ser analisado de ano a ano, ou, no mínimo no PPA. Ressaltou que há controvérsias, pois assim como há economistas que dizem [que a PEC] agravará o problema, há outros que dizem que pode ser uma solução.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – enfatizou o art. 25 do regimento do CNPC que diz que:

“O Plenário poderá apreciar matéria não constante da pauta, mediante justificativa e requerimento de regime de urgência.

§ 1º O requerimento de urgência poderá ser apresentado pelo Presidente ou ser subscrito por um mínimo de dez conselheiros e encaminhado ao Secretário-Geral do Conselho, a qualquer tempo.”

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – ressaltou que a pauta daquele momento era deliberações e não fazia sentido solicitar pedido de urgência.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que o plenário iria fazer o requerimento de regime de urgência e solicitar que 10 pessoas assinassem e dessem encaminhamento à mesa.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – disse que quando foi lida a moção nº 3 sobre a PEC 55 o presidente do CNCP argumentou que não poderia fazer pedido de urgência porque já havia pedido de vista anteriormente. Ressaltou que a moção de nº 9 estava sendo lida e, portanto, houve o pedido vista [pela Casa Civil] de um texto que não havia sido lido. Disse que os conselheiros encaminharam e-mail e por isso tinham conhecimento do que estava sendo encaminhado e a Sra. Kátia Adriana Cardoso de Oliveira (Casa Civil da Presidência da República) testemunhou que não tinha conhecimento dos textos e, portanto, ela só estava tendo conhecimento da moção naquele momento. Nesse caso, a moção nº 9 não poderia ter pedido de vista já que não tinha sido lida.

**José Henrique Pires /Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário** – pediu vista da Moção nº 9 e disse que devolvia na próxima reunião.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – esclareceu que, com relação a moção nº 9, antes do pedido de vista foi pedido urgência.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – disse que antes de pedir vista foi encaminhado pedido de urgência e também solicitou que fosse respeitada a ordem dos pedidos.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – esclareceu que o pedido de urgência não cancela o pedido de vista.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – leu mais uma vez o art. 25 do regimento e esclareceu que o plenário estava em processo de deliberação de matéria que constava da pauta. Portanto, o pedido de vistas foi concedido à representante da Casa Civil, o representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e à Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – questionou se há previsão de pedido de vista em conjunto.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que não há impedimento e que o tempo do pedido de vista é o mesmo. Esclareceu também que o pedido será concedido até a próxima reunião do CNPC ou extraordinária, dependendo do caso.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – disse que no momento em que fez a consulta sobre o pedido de urgência já havia o pedido de vista sem se conhecer ainda o teor da segunda moção. E a informação que foi dada, de alguma forma, criou uma confusão. Disse que se tivesse sido dada a orientação correta, primeiramente teria sido feita a leitura do pedido de urgência.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que as moções nº 3 e 9, devido ao pedido de vista, serão incluídos na pauta da próxima reunião do CNPC.

❖ DELIBERAÇÃO

✓ MOÇÕES Nº 3 E Nº 9 – PEDIDO DE VISTA

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – fez a leitura da Moção nº 4 de Repúdio à Polícia de Santos contra a Repressão à peça “Blitz – O Império Nunca Dorme” da Trupe Olho da Rua, de autoria do conselheiro Oseias Borba, do colegiado de teatro.

**Oséas de Moraes Borba Neto / Colegiado Setorial de Teatro** – disse que houve o espetáculo de rua [Blitz – O Império Nunca Dorme” da Trupe Olho da Rua] com uma média de 50 espectadores e foi interrompido pela polícia, que algemou e levou artistas para esclarecimentos na delegacia. Ele disse que a polícia alegou que estava sendo usado símbolos pátrios no espetáculo. Acrescentou que o teatro repudiou essa atitude em âmbito nacional e o colegiado de teatro também se posicionou contrário a isso.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – sugeriu a inserção, na moção, dos artigos sobre liberdade de expressão e abuso de autoridade, já que trata de direitos constitucionais.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – apresentou sugestão da mesa para inserir no texto: “em violação aos direitos constitucionais”.

**Leonardo de Vargas Marques / Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão** – ressaltou que é interessante, para que o plenário possa se resguardar juridicamente, acrescentar a palavra “possível/suposto” já que não testemunharam o fato.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – se absteve de votar essa moção porque nunca conseguiu compreender o que aconteceu, já que leu várias matérias e só ouviu praticamente um lado, como o fato de utilizar equivocadamente os símbolos nacionais no espetáculo. Disse que as matérias que saíram não o convenceram sobre os acontecimentos.

**José Henrique Pires / Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário** – disse que acompanhou pela televisão, jornais e site e ficou muito claro que policiais descontentes com a peça que criticava a maneira truculenta como a polícia, em alguns momentos, costuma agir, interrompendo o espetáculo teatral. Ressaltou que os policiais interromperam a apresentação porque não gostaram do tipo de espetáculo que estava sendo apresentado. Antecipou seu voto em favor do conselheiro Oséas e disse que era importante que o conselho assinasse. Sugeriu também que o conselho traga, em outros momentos, situações parecidas para que se possa manter a vigilância.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – parabenizou o Sr. José Henrique Pires e disse que trata-se de respeito ao preceito constitucional e leu o artigo 5º da constituição que diz que todos são iguais perante a lei e no inciso IX diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Ressaltou, ainda, que cabe aos conselheiros não permitir que nunca seja cerceado o direito à expressão artística.

**Vanessa Araújo Neves / Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República** – disse que não acompanhou e por isso não podia aprovar a moção. Por esse motivo se absteve de votar.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – ressaltou que os conselheiros nacionais de cultura não têm o papel de julgar o fazer artístico e suas representações. Disse também que o abuso de poder impediu o exercício da expressão artística e por esse motivo antecipou seu voto em favor da moção.

**Suzana Dias Rabelo de Oliveira / Secretaria de Governo da Presidência da República** – solicitou que ficasse registrada sua abstenção da votação.

**Neidmar Roger Charão Alves / Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura (Conecta)** – sugeriu que fossem computados todos os votos, tanto contrários como a favor.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – realizou a votação da moção.

#### ❖ DELIBERAÇÃO

- ✓ MOÇÃO Nº 4 APROVADA
  - 3 abstenções
  - Nenhum voto contrário

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – iniciou a análise da Moção nº 5, em bloco com a Recomendação nº 8, e apresentou a seguinte proposta da mesa: atitude propositiva de recomendação e a retirada da moção.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – solicitou que a recomendação dos povos indígenas, que não foi enviada formatada, entrasse em votação. Pediu que conste em ata que nenhum e-mail foi respondido pelo CNPC, de recebimento de todas solicitações do setorial patrimônio cultural imaterial. Disse, ainda, que não consta a solicitação de recomendação dos povos indígenas.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que todos os documentos enviados pelo Mestre Paulão foram formatados como recomendações e moções. Informou, ainda, que os demais documentos enviados não são recomendações ou moções. Destacou que a mesa recebeu, além das propostas de moções e recomendações, um relatório da assessoria de patrimônio cultural e memória do III Encontro de Museus do Nordeste e do II Fórum de Museus Indígenas; uma carta aberta dos povos indígenas do Acre sobre Conferência Mundial da Ayahuasca; uma nota do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro pela manutenção da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro; uma nota do Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** - esclareceu que está nas propostas a solicitação de apoio à carta aberta [dos povos indígenas do Acre sobre Conferência Mundial da Ayahuasca].

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – retornou a deliberação e propôs que não se mantivesse a Moção nº 5, e mantivessem as recomendações nº 8 e 10 por pertinência temática.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – iniciou a leitura da moção nº 8 de autoria do conselheiro André Cardoso da Academia Brasileira de Música sobre a manutenção da cultura na estrutura administrativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o status de Secretaria.

**André Luiz de Campello Duarte Cardoso / Academia Brasileira de Música** – destacou que há um processo de enxugamento e fusão de algumas secretarias no Rio de Janeiro. Disse que foi proposto inicialmente que a Secretaria de Cultura fosse para a Secretaria de Educação, depois para a Secretaria de Esporte e mais recentemente para Secretaria de Ciência e Tecnologia.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – pediu que fosse feita a defesa da recomendação nº 10 sobre a extinção da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – sugeriu que a recomendação não fosse apenas para o governo do Rio de Janeiro como também para a Assembleia de Cultura do Rio de Janeiro.

**José Henrique Pires / Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário** – solicitou que fosse dada ampla divulgação dessas recomendações já que houve um processo eleitoral recente com mais de 5 mil municípios. Ressaltou que o Rio de Janeiro é um exemplo para o país e que há a possibilidade concreta que o próximo prefeito do RJ proceda a extinção da secretaria de cultura do município, o que pode ser um precedente bastante perigoso. Por isso recomendou que o plenário divulgue que é contrário à extinção das secretarias de cultura de um modo geral.

**Antônio Francisco Sales Padilha / Colegiado Setorial de Música Erudita** – sugeriu que a recomendação fosse encaminhada à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – sugeriu a colocação, na recomendação, de um art.2º, estendendo a recomendação a todos os poderes estaduais e municipais que atentem para a necessidade de uma secretaria exclusiva para a cultura.

**Davy Alexandrisky / Colegiado Setorial de Artes Visuais** – disse que tem dúvidas se o fato de acrescentar outro artigo não poderia esvaziar a luta política e prefere manter da forma como está.

**Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura** – sugeriu que fosse feito o levantamento das prefeituras que estão em situação semelhante com elementos estatísticos para apresentar.

❖ DELIBERAÇÃO

✓ RECOMENDAÇÕES Nº 8 E Nº 10 APROVADAS

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – disse que a marcação das passagens é um problema recorrente nas reuniões do CNPC e colegiados. Ressaltou que enquanto houver essa situação haverá esse problema de quórum nas reuniões.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – disse que todos os bilhetes foram feitos a partir das 19h45 e que as pessoas poderiam sair com 50 minutos de antecedência para se deslocarem ao aeroporto.

**José Augusto Tulio Filho / Colegiado Setorial de Design** – enfatizou que não foram todos os bilhetes a partir de 19h45 já que viu bilhetes de pelo menos dois colegas com embarque às 18h30.

**Magali Guedes / Chefe de Gabinete da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional** – disse que todas as passagens foram recomendadas para vir no dia anterior e retorno no dia seguinte. Portanto, foi opção de algumas pessoas de voltar no mesmo dia. E o MinC não poderia interferir nessa opção já que é um trabalho não remunerado dos conselheiros.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – disse que, diante da perda de quórum, as moções de nº 6 e nº 7 da autora Taina Marajoara (Cultura Alimentar), as moções de nº 8 assinadas por colegiados setoriais e as recomendações de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 seriam incluídas na pauta da próxima reunião do CNPC (ordinária ou extraordinária).

**Alessandra Costa Gomes (Alessandra Pajama) / Colegiado Setorial de Patrimônio Material** – questionou se as moções e recomendações que ficaram pendentes poderiam entrar como prioridade na próxima reunião.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – solicitou que fosse submetido requerimento de urgência à mesa com assinatura de 10 conselheiros para priorização das moções.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – solicitou à mesa a disponibilidade imediata do áudio da reunião.

**Érika Freddi / Coordenadora – Geral de Articulação e Mobilização** – informou que assim que a reunião fosse encerrada os conselheiros poderiam copiar o áudio no pendrive.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – prestou alguns esclarecimentos aos conselheiros. Informou que o módulo fechado da Plataforma ainda não estava pronto e, portanto, não poderia ser entregue em tempo hábil para a realização dos colegiados setoriais. E que o laboratório digital se comprometeu a encaminhar o módulo fechado dentro de três meses, aproximadamente, e só a partir de então seria possível realizar as oficinas sobre a plataforma.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – questionou se o plenário poderia encaminhar materiais para alimentação da plataforma.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – esclareceu que os materiais podem ser encaminhados à coordenação do CNPC para atualização do conteúdo da plataforma. Lembrou também que, em relação ao Comitê Intergestores, a coordenação vai recuperar a lista de nomes que foram incluídos na votação e incluir o tema da recomposição na próxima reunião plenária do CNPC. Ressaltou que a mesa recebeu também um pedido oficial da Confederação Nacional dos Municípios para participar das reuniões da IV Conferência e será feita uma análise interna.

**Rafael Pavan dos Passos / Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo** – solicitou que fosse encaminhada uma lista atualizada de e-mails a todos os conselheiros.

**Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) / Colegiado de Patrimônio Imaterial** – disse que foi conquistada uma cadeira do setorial de patrimônio cultural imaterial no conselho consultivo do Iphan e ressaltou que isso até hoje não foi acatado. Espera que o CNPC possa encaminhar um ofício ao Iphan retomando essa discussão.

**Taina Goudinho (Taina Marajoara) / Cultura Alimentar** – lembrou que foi aprovada, em reunião anterior, moção em foi solicitado o convite às instâncias de regulamentação da Anvisa e Desenvolvimento Agrário devido à criminalização dos produtos provenientes das culturas alimentares e pediu a participação desses órgãos na próxima reunião, de forma a sensibilizá-los.

**Luana Macena de Melo / Colegiado Setorial de Circo** – pediu à mesa para que a partir da próxima reunião seja regulamentado o tempo de fala e que as pessoas respeitem o direito a voz dos outros.

**Bruno Santos / Secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional do Ministério da Cultura** – agradeceu a participação de todos os conselheiros presentes, representantes da sociedade civil, servidores, representantes do MinC e equipe da SADI e do CNPC pelo elevado nível de debate do plenário.

<b>MATÉRIA</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>STATUS DE APROVAÇÃO</b>
Moção	01	Túlio Filho / Design	Moção de Apoio à Aprovação do Sistema Municipal de Cultura de Curitiba	<b>Aprovada</b>
Moção	02	Mestre Ninja/ Capoeira	Moção de Apoio ao Projeto de Lei 1966/2015 que reconhece o caráter educacional da Capoeira e dá outras providências.	<b>Aprovada</b>
Moção	03	Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo / Livro e Leitura	Moção de Repúdio ao Projeto de Emenda Constitucional nº 55/2016 (PEC 55/2016).	<b>Solicitado pedido de vistas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• José Henrique Pires – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</li> <li>• Vanessa Araújo Neves – Secretária de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM</li> <li>• Kátia Adriana Cardoso de Oliveira – Casa Civil da Presidência da República</li> </ul>
Moção	04	Oséas de Moraes Borba Neto / Teatro	Moção de Repúdio à Polícia de Santos contra a Repressão a	<b>Aprovada</b>

			peça “Blitz – O Império Nunca Dorme” da Trupe Olho da Rua	
Moção	05	Colegiado de Arte Digital	Moção de Repúdio ao pacote de medidas proposto pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que resultará na extinção ou fusão da Secretária de Cultura daquele Estado.	<b>Retirada</b>
Moção	06	Taina Marajoara / Cultura Alimentar	Moção de Repudio ao Decreto nº 1.568, de 17 de junho de 2016, que cria o Polo de Gastronomia da Amazônia no Pará.	Não Deliberada
Moção	07	Taina Marajoara / Cultura Alimentar	Moção de Repúdio ao PLS 379/2015, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o	Não Deliberada

			Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências” , para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.	
Moção	08	Colegiados Setoriais	Moção de Repúdio a Medida Provisória nº 746 DE 2016	Não Deliberada
Moção	09	Colegiados Setoriais	Moção de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 2016	<p><b>Solicitado pedido de vistas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• José Henrique Pires – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário</li> <li>• Vanessa Araújo Neves – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM</li> <li>• Kátia Adriana Cardoso de Oliveira – Casa Civil da Presidência da República</li> </ul>
Recomendação	01	Mestre Ninja/Capoeirista	Recomenda a criação de Grupo de Trabalho para criação do Colegiado Setorial da	Não Deliberada

			Capoeira com vistas a começarmos, nesta instância, a discutir as demandas da capoeira do Brasil.	
Recomendação	02	Alessandra Pajama/ Patrimônio Material	Recomenda que todas as propostas aprovadas na 3ª Conferência Nacional de Cultura – CNC, sejam implementadas pelo Ministério da Cultura.	Não Deliberada
Recomendação	03	Mestre Ninja/Capoeirista	Recomenda a criação, na Plataforma online do CNPC, da página da Cadeira da Capoeira.	Não Deliberada
Recomendação	04	Mestre Ninja/Capoeirista	Recomenda a realização de um Encontro Nacional de Capoeira, para se discutir, além das demandas nacionais, as demandas internacionais que a capoeira tem hoje.	Não Deliberada
Recomendação	05	Mestre Ninja/Capoeirista	Recomenda que todos e todas que	Não Deliberada

			atuam com cultura no exterior, como o caso da Capoeira, do Samba, das Artes, tenham o direito ao passaporte diplomático	
Recomendação	06	Alessandra Pajama/ Patrimônio Material	Recomenda que sejam garantidos recursos de acessibilidade na realização da IV Conferência Nacional de Cultura.	Não Deliberada
Recomendação	07	Taina Marajoara / Cultura Alimentar	Recomenda que seja criado e implementado o de modo imediato o Colegiado Setorial de Cultura Alimentar.	Não Deliberada
Recomendação	08	André Luiz de Campello Duarte Cardoso / Academia Brasileira de Música	Recomenda que a cultura seja mantida na estrutura administrativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro com o status de Secretaria.	<b>Aprovada</b>
Recomendação	09	Colegiados de Circo, Dança e Teatro	Recomendação ao Ministério da Educação de revisão e não	Não Deliberada

			aplicação da Medida Provisória da Educação Nº746/2016.	
Recomendação	10	Mestre Paulão Kikongo e Davy Alexandrisky	Recomenda que seja revista a extinção da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro	<b>Aprovada</b>

## ITEM 10 DA PAUTA

### A) ENCAMINHAMENTOS

- I. Ministro solicita que os coordenadores dos colegiados encaminhem pautas para a próxima reunião ordinária do plenário.
- II. Encaminhar pedidos de alteração das atas da 26ª Reunião do Plenário do CNPC e da reunião extraordinária para o e-mail do CNPC; atas serão deliberadas na próxima reunião do plenário.
- III. Inclusão na pauta dos colegiados setoriais, como pauta prioritária, o debate sobre os eixos do temário da IV Conferência Nacional e posterior encaminhamento das deliberações à Coordenação- Geral do CNPC, que providenciará a sistematização no âmbito do Comitê Temático da IV Conferência Nacional de Cultura, para deliberação final na próxima reunião plenário do CNPC.
- IV. Coordenação-Geral do CNPC irá preparar um informativo sobre utilização da Plataforma.
- V. Avaliar a possibilidade de realização de workshop sobre a utilização da plataforma com os colegiados do CNPC.